

EDITAL

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 90047/2026/SMCL/PMPV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019.000367/2025-91

A PARTICIPAÇÃO DESTA LICITAÇÃO SERÁ CONFORME ANEXO I

AVISO AOS INTERESSADOS

Recomendamos aos Licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

CONTATOS:

E-mail: pregoes.sml@gmail.com;

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO CERTAME EQUIPE 04 (69) 3901-6270; OU (69) 3901-6269; OU (69) 3901-6272.

1. AVISO DE LICITAÇÃO

1.1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026SMCL/PVH, TIPO MENOR PREÇO.

1.2. OBJETO: Aquisição de dois Caminhões Hidrojato e um Varredeira visando atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA**, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Anexo I deste Edital, as quais deverão ser, minuciosamente, observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

1.3. VALOR ESTIMADO: R\$ 4.655.277,79 (Quatro milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos)

1.4. DATA DE ABERTURA: 20 de MAIO de 2026 ; HORÁRIO: 10 h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF) ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras> **UASG: 925172 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL.**

O prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, será condicionado ao artigo 55 da Lei n. 14.133/2021.

1.5. MODO DE DISPUTA: ABERTO

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos: www.portovelho.ro.gov.br e <https://www.gov.br/compras>.

Porto Velho/RO, 30 de ABRIL de 2026.

TAIANE DO CARMO

Agente de Contratação/Pregoeiro (a)

2. DAS DISPOSIÇÕES DO PREÂMBULO

2.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL, vem, por intermédio do (Agente de Contratação/Pregoeiro (a)) e equipe de apoio designados pela **Portaria A Nº 016/2026/SMCL**, tornar público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da **Lei complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025**, Lei n. 14.133 de 1 de abril de 2021, **Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023**, publicada no DOM Nº 3444, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Porto Velho e dá outras providências, **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações**, e demais normas regulamentares estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) em contrário.

2.1.2. Esta Licitação se encontra formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo N.019.000367/2025-91** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no **Art. 5º da Lei 14.133.21**. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

2.1.3. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Proposta Detalhada e Minuta do Contrato (quando for o caso)**.

2.2. Do Credenciamento

2.2.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.gov.br/compras>;

2.2.2. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.2.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura de Porto Velho responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

2.2.4. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

3.1. DO OBJETO: Aquisição de dois Caminhões Hidrojato e um Varredeira visando atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA**, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Anexos deste Edital.

3.1.1. O objeto da licitação tem a natureza de **BEM COMUM** uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, mediante especificações usuais no mercado.

3.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I e II deste Edital e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema, prevalece as

especificações do Edital.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Esta licitação sob a modalidade Pregão, na forma Eletrônica será realizada em sessão pública *on-line*. A participação nesta importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

4.1.1. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **Anexo I TERMO DE REFERÊNCIA**.

4.1.2. Poderá participar desta licitação, toda e qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que esteja credenciada no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho, no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou demais interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

4.1.3. Estar devidamente credenciada no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

4.2. Condição para participação:

4.2.1. A licitante **DECLARARÁ** em campo próprio do sistema eletrônico, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre os requisitos para a habilitação, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) Cumpre as exigências de reserva destinada a contratação de Jovens aprendizes, nos Termos estabelecidos no artigo 429 da CLT combinada com a Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000).

f) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

g) O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

h) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.3. Para esta LICITAÇÃO será permitida a participação em consórcio, sujeita

às seguintes regras: observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art. 15 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021).

a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Unidade Requisitante, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea “d”. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do objeto;

e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da aquisição.

4.3.1. As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Unidade Requisitante para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto da aquisição, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

4.3.2. A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Unidade Requisitante e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico – financeira apresentados à ocasião do certame.

4.3.3. A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

4.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

4.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº](#)

[6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

4.4.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.4.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.10. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.5. O impedimento de que trata o **item 4.4.3** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.4.1 e 4.4.2**, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto nos **itens 4.4.1 e 4.4.2** neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.10. A vedação de que trata o **item 4.4.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.11. É vedado a qualquer interessado participar de licitação na qualidade, simultaneamente, de simples proponente e de integrante de consórcio assim como de integrante de dois ou mais consórcios.

4.12. Em tempo, será analisado também:

4.12.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com Prefeitura de Porto Velho/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n.10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

4.12.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art.87,IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

4.12.3. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art.87,IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

4.12.4. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art.

12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

4.13. Da participação das MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADA

4.13.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.13.1.1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.13.2. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.4. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.4.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.4.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.5. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.5.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.8. As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a).

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Da abertura da sessão;

7.1.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.1.3. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

7.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

7.2. Da classificação das propostas:

7.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro(a). Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.2.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7.2.5. Os preços unitários e totais referidos no ITEM anterior, deverão, evidentemente, estar compatíveis aos de mercado, estimados pela Administração;

7.3. Da formulação de Lances;

7.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignado no registro de cada lance.

7.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

7.3.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

7.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**;

7.3.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.3.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico **o modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.3.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.3.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.3.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.3.6.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, conforme previsto no art. 56 §4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.6.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.3.7. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo

sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.3.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.3.9. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.3.9.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

7.3.10. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.3.11. No caso de a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/>

7.3.12. O Agente de Contratação/Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sempre juízo dos atos realizados;

7.4. Do benefício às MICROEMPRESAS e às EMPRESAS de PEQUENO PORTE;

7.4.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

7.4.2. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores soma dos extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

7.4.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II. Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.123/2006.

7.4.4. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

7.5. Dos critérios gerais para desempate entre propostas:

7.5.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 28 do **DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023** que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Município de Porto Velho e dá outras providências nesta ordem:

7.5.2. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.5.3. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.5.5. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.5.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.5.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.5.6.2. Empresas brasileiras;

7.5.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.5.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº12.187/2009.

7.6. Se o empate persistir serão utilizados os critérios de desempates da Instrução Normativa (IN) nº 79, de 12 de setembro de 2024. <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022>

§ 1º Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o caput. **(Redação dada pela IN nº 79, de 2024).**

§ 2º Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o caput, proceder-se-á a **sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público**, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. **(Redação dada pela IN nº 79, de 2024).**

7.7. Na hipótese do “sorteio” a sessão pública será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial indicado pela **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL**, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea “a” do subitem 7.7;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL**.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais indicados pela SMCL ou no Youtube ou outra plataforma de streaming; os endereços serão informados no chat pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a).

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de contratação/Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.2. O Agente de contratação/Pregoeiro(a) iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas

neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no chat durante a sessão.

8.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.6. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

8.6.1. Contiver vícios insanáveis;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e edital;

8.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), que comprove:

8.6.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta. (SE FOR O CASO).

8.6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.6.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.6.11. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.7. Das correções admissíveis;

8.7.1. Nos casos em que o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.7.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último; .

8.7.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

8.8. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

9. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

9.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

9.1.1. Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

9.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 90 (NOVENTA) DIAS.

9.1.3. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), ambas as opções devidamente justificadas.

9.1.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 9.1, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), deverá obedecer às condições previstas no **item 6 e subitens deste Edital**;

9.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, JPGou PDF);

9.2.2. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A) CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

9.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), sempre juízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.5. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de

pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44e45daLCnº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

9.8. O licitante deverá apresentar junto a proposta, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas. (modelo próprio).

9.9. Quando for o caso da licitação as licitantes deverão atender os itens:

9.9.1. PARA COTA RESERVA, na hipótese de não haver vencedor, este poderá ser adjudicada ao vencedor da **COTA PRINCIPAL** ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

9.9.2. Se a mesma **EMPRESA** vencer a **COTA RESERVA** e a **COTA PRINCIPAL**, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.10. Caso atendidas as condições da proposta de preços, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.11. Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a **apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor**.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

b) Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho – SISCAF;

c) Consulta consolidada de Pessoa Jurídica - TCU Inidôneos - Licitantes Inidôneos; CNJ CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

d) Consulta consolidada de Pessoa Física - Serviço automatizado para emitir ou validar certidões negativas referentes a punições vigentes contidas nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, bem como de procedimentos acusatórios em andamento em desfavor do ente privado. <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

10.1.1. A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2. A documentação de habilitação das Licitantes poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF e/ou pelo Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho - SISCAF, **NOS DOCUMENTOS POR ELES ABRANGIDOS**, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.1.3. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF ou SISCAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão

pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.1.4. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a **consulta aos sítios eletrônicos** oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.1.5. Os cadastros supramencionados serão consultados pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a), onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão incluídos aos autos.

10.1.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.1.7. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (modelo próprio)

10.1.8. Será exigida do licitante declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#). (modelo próprio).

10.1.9. Será exigida do licitante **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO nos termos do Art. 14, IV, da Lei n. 14.133/2021**. (modelo anexo).

10.2. Relativos a HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Deverá apresentar:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei 123/06 e alterações;

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; (caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei).

10.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3. Relativos a REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.3.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

a) A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão negativa de débitos ou **“certidão positiva com efeito de negativo” relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União;**

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais ou **“certidão positiva com efeito de negativo”**, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais ou **“certidão positiva com efeito de negativo”**, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de certidão negativa ou **“certidão positiva com efeito de negativo”** fornecida pelo órgão competente, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

10.4. Relativos a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

10.4.2. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.4.4. No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também técnico em contabilidade, contador ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional. Tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei, devidamente registrado/autenticado pelo órgão competente.

10.4.5. Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

10.4.6. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais** exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em contabilidade, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

10.4.7. O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

10.4.8. As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado pelo órgão competente.

10.4.9. Os documentos referidos **item 10.4.3** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.10. As empresas obrigadas a escrituração pelo SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- SPED, submetida a Instrução Normativa DNRC 107/08, deverão apresentar:

- a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
- b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

10.4.11. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

10.4.12. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar resultados igual ou maior a 1(um), em todos dos índices elencados no item 10.4.11 deste edital, e deverá ainda, comprovar patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento), do montante da contratação.

10.4.13. Em caso de participação de empresas em consórcio:

10.4.13.1. Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

10.4.13.2. Acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

10.5. Relativos a qualificação técnica e outros documentos

10.5.1. Qualificação Técnica da Contratada: Conforme autoriza o art. 67 da Lei n. 14.133/2021, deverá constar do Edital que regerá a licitação decorrente deste Termo, a obrigatoriedade da licitante apresentar, na fase de habilitação, documentos aptos a demonstrar a sua capacidade técnico-operacional, por meio da exigência dos documentos. Justifica-se desde já que, para possibilitar a correta aferição da capacidade técnica das licitantes sem restrições desnecessárias e, na forma prevista no art. 67, §1º da Lei n. 14.133/2021, a Administração adota como critério objetivo para julgamento, a comprovação de **compatibilidade em características do objeto desta licitação**, conforme demonstrado abaixo:

10.5.2. Para fins de aferimento da qualificação, os licitantes interessados em participar do certame, deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de **características similares** de complexidade operacional equivalente ou superior ao **objeto desta contratação**, ou ao item/lote pertinente, devendo a comprovação se dar por meio da apresentação de Certidão, atestado de capacidade ou outros documentos idôneo capaz de comprovar que o licitante **possui a capacidade técnica necessária e suficiente para executar o objeto de forma satisfatória**.

10.5.3. Os documentos emitidos deverão ser por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

10.5.4. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, dentre outros.

10.5.5. Apresentação de declaração da fabricante ou distribuidora autorizada de que prestará assistência técnica e garantirá a disponibilidade de peças originais durante o período contratual e de garantia.

11. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, **a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.**

11.1.1. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.2. A convocação ocorrerá exclusivamente pelo **SISTEMA**, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no **item 10** deste edital.

11.2.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

11.2.2. OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM01(UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

11.3. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de **HABILITAÇÃO e PROPOSTA FINAL** pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) o declarará vencedor.

11.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

11.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.5. Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 11.1.**

11.7. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

12.1. Em conformidade com Art. 164 da Lei 14.133/2021. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o **pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

12.2. Os pedidos de **esclarecimentos e impugnações**, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, deverão ser de forma eletrônica direcionado ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento e solicitação de vistas ao processo eletrônico correspondente a licitação, deverão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte* e-mail: pregoes.sml@gmail.com;

12.4. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro (a), receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital e anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

12.4.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1.Em conformidade com o Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I. Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação;

e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II. Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II – A apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

13.2. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

13.3. A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema

eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

13.4. As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

13.5. O início da contagem dos prazos, bem como o seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

13.6. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO “ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO”

14.1. Em conformidade com o artigo 71 da Lei 14.133/2021:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I – determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II – revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III – proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV – adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em **sítio eletrônico oficial** do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim. (§ 2º, artigo 54 da Lei nº 14.133/2021).

14.3. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio do Município os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos. (§ 3º, artigo 54 da Lei nº 14.133/2021).

14.4. A divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação. (Artigo 94, Lei nº 14.133/2021).

14.5. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

14.6. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.7. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.8. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.10. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.11. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes

remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

15. DESPESA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, conforme:

PROGRAMA 0015 – CIDADE LIMPA

AÇÃO: Limpeza, manutenção e conservação de logradouros públicos

PROJETO ATIVIDADE – P.A: 11.01.15.452.0015.2.829

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE DE RECURSO: 1.700.0000.0000.0000 – Rec. de Outras Fontes – Tranf. De Convênios

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a) durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

16.1.2.4. Deixar de apresentar amostra quando for o caso;

16.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. Fraudar a licitação;

16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a

prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. A natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.1. As peculiaridades do caso concreto.

16.3.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

16.3.3. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.3.4. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. **16.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.4., 16.1.5., 16.1.6., 16.1.7. e 16.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4., 16.1.5., 16.1.6., 16.1.7. e 16.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso

com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.15. Os procedimentos de apuração e aplicação de eventuais penalidades deverão observar as disposições previstas nos arts. 95 a 130 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

17.1. DO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

17.2. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

17.3. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

17.4. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

17.5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo deste Edital.

17.6. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

17.7. DA SUBCONTRATAÇÃO – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

17.8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A documentação exigida para atender ao disposto na **HABILITAÇÃO** e respectivos subitens, incisos parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) mediante consulta ao **SICAF ou SISCAF, no que couber**, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

18.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou SISCAF deverão ser apresentados nos termos deste edital.

18.2. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no **SICAF ou SISCAF**, a consulta realizada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

18.3. A licitante intimada para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverá fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

18.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar obrigatoriamente em nome da empresa que participar do presente certame e, deverão conter o mesmo CNPJ e endereço respectivo:

a) Se o licitante **for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se **for a filial**, todos os documentos deverão estar obrigatoriamente em

nome desta, exceto aqueles que pela própria natureza, **comprovadamente**, forem emitidos somente em nome da matriz. A referida comprovação, que é obrigatória, é de exclusiva responsabilidade do licitante.

18.5. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente **Edital**;

18.6. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

18.6.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e documentos.

18.7. As microempresas e empresa de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mesmo que esta apresente alguma restrição.

18.8. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.(de acordo com a Lei Complementar 123/2006 e alterações);

18.8.1. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e neste Edital**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

18.9. O Agente de Contratação/Pregoeiro (a), em qualquer fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação de habilitação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação, sob pena de desclassificação da oferta, bem como, poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município /RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

18.10. O Agente de Contratação/Pregoeiro (a) poderá sanar ou solicitar o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância **dos documentos** e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.11. Fica assegurada a **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações** - SMCL o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

18.12. Qualquer modificação neste Edital implicará a divulgação desta pelo (s) mesmo (s) instrumento (s) de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o (s) prazo (s) inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

18.13. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

18.14. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus

prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

18.15. Em conformidade com o Art. 70 da Lei n. 14.133/2021 a documentação referida neste poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

18.15.1. Poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

18.16. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL** em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito;

18.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.19. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho-RO para dirimir quaisquer dúvidas referentes a esta licitação, contrato e procedimentos dela resultantes, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19. DOS ANEXOS DESTE EDITAL

19.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS;
- b) ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO.

Porto Velho/RO, Dia 30 de Abril de 2026

Taiane do Carmo Souza

Agente de Contratação/Pregoeiro (a)

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO RETIFICADO (id. 0737027)

O Termo de Referência e seus anexos constituem parte integrante do Edital e deverão ser disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e no Portal Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).

ANEXO II DO EDITAL

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS - PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº --
-----, conforme planilha abaixo:

Razão Social da Empresa:						
CNPJ:						
Endereço Completo com CEP:						
Banco: _____ Agência: _____ Conta-Corrente: _____						
Telefone:						
E-mail:				Responsável (Nome e cargo):		
VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS (MÍNIMO 90 DIAS).				PRAZO PARA ENTREGA: _____ DIAS		
Local de Entrega: Conforme TERMO DE REFERÊNCIA, anexo I do Edital.						
Objeto: -----.						
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UND.	QUAN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
01	Veículo Tipo Caminhão truck 6 x 4, com Equipamento Misto Simultâneo de Alta Sucção e Hidrojateamento De Alta Pressão, Tipo “Vac All/Pressão” Especificações: Veículo-Chassi - Configuração: Caminhão 6x4, zero quilômetro, cabine metálica avançada com suspensão pneumática. Motor: Diesel, mínimo 5-6 cilindros, potência de 260 cv. Transmissão: Manual ou automatizada, com mínimo de 6 marchas à frente + 1 ré (até 10 marchas). Direção: Hidráulica, regulável. Conforto: Ar-condicionado, porta-luvas, compartimentos para objetos, quebra-sol externo e alarme sonoro de marcha-ré. Tanque de combustível: Capacidade mínima de 275 litros. PBT: Homologado para ≥ 23.000 kg. Tanque/Reservatório - Formato: Cilíndrico ou torisférico, em aço carbono SAE 1020. Espessura mínima: 3/16” (~4,76 mm), com reforços em cintas de viga “U” (~3,17 mm) e quebra-ondas internas. Capacidade total: 10.000 L (6.000 L detritos + 4.000 L água). Observação: o mercado também adota variações de 15.000 L (10.000 detritos + 5.000 água). Acabamento interno: Epóxi para compartimento de água, garantindo proteção contra corrosão e contaminação. Sistema Hidrojato - Acionamento: Via TDF (tomada de força) do caminhão, com polias trapezoidais e correias sincronizadoras (padrão robusto e de baixo custo). Faixa de operação: Desobstrução: 100-400 L/min, 100-350 bar. Limpezas pesadas (super/hiper alta pressão):					
			UND.	2		

	<p>750–2.800 bar via skid especial. Componentes Auxiliares - Carretel bandeira: Capacidade: ~120 m de mangueira de alta pressão (¾" ou 1"). Operação: Hidráulica (preferencial), com controle de velocidade, sentido de rotação, painel traseiro e trava de posição. Carretel auxiliar: ~120 m de mangueira de alta pressão (¾" ou 1"), geralmente com acionamento hidráulico. Mangueira: Termoplástica laranja, pressão de trabalho 210–300 bar, conexões NPT macho. Bico de desobstrução ("bala"): Configuração: 1 furo frontal + 4–5 traseiros a ~35°, com efeito propulsor. Material: aço carbono ou inox. Sistema de Vácuo (quando combinado) - Tipos de bomba: Anel líquido: fluxo de 12–14 m³/min, mangueira de 3". Lóbulos: até 18–27 m³/min, mangueira de 4". Tanque de resíduos: capacidade típica até 20 m³. Manutenção e Operação - Inspeção diária de mangueiras, conexões e bico de desobstrução. Checagem regular da tensão das correias e reposição acessível. Bombas triplex: vida útil estimada >10.000 horas com manutenção adequada. Bico "bala": limpeza após uso; substituição preventiva reduz esforço operacional em até 40%;</p>					
02	<p>Veículo Tipo Caminhão 4 x 2 Equipado Com Varredeira Mecânica</p> <p>Especificações: Veículo-Chassi: Caminhão 4x2, de primeiro uso, 0 km, cor branca. Motor: mínimo 4 cilindros, potência mínima 200 cv. Transmissão: mínimo de 6 marchas à frente + 1 ré. Direção: hidráulica. Conforto: ar-condicionado. Peso Bruto Total (PBT): mínimo 16.000 kg. Carga útil + carroceria: mínimo 10.500 kg. Tanque de combustível: capacidade mínima de 275 litros. Caçamba – Capacidade: 6–8 m³, em aço inox ou aço carbono com revestimento epóxi. Sistema: basculante com mecanismos ergonômicos para facilitar a operação e o descarte. Tanque de Água e Recirculação – Capacidade: 1.500–2.500 L. Sistema: recirculação para otimizar consumo e operação contínua. Faixa de Varrição e Supressão de Poeira – Faixa útil de varrição: 3.500–3.700 mm. Supressão de poeira: por bicos integrados às escovas e, se possível, turbina de sucção e sistema de jatos. Sistemas de Controle – Monitoramento em painel. Controle remoto sem fio para comandos principais. Alertas visuais e sonoros. Dados exportáveis (USB). Segurança e Manutenção – Iluminação LED para operação noturna. Trava de segurança nas inspeções. Baixa manutenção, engrenagens sem correias;</p>	UND.	1			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (Escrever por extenso) R\$ -----.						

____(Local), _____ de _____ de 20__.

Obs: Os materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

Declaramos que todos os impostos, taxas, inclusive frete, bem como quaisquer outras despesas estão inclusos na presente proposta.

Declaramos ainda que, o Banco, a Agência e a Conta-Corrente, informados nesta proposta, serão únicos e exclusivos para todos os recebimentos relativos ao cumprimento das Obrigações Contratuais. (Conforme exigência da Lei Municipal nº 2016 de 11 de junho de 2012.

CARIMBO DO CNPJ:

**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA
(CARIMBO OU NOME LEGÍVEL E CARGO, RG e CPF)**

ANEXO III - DO EDITAL

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM
AGENTE PÚBLICO

À

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL

REF. PREGÃO ELETRÔNICO N. -----/SMCL/PVH

PROCESSO N. -----

A Empresa _____,
inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de seu representante
legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de
Identidade n. _____ e inscrito no CPF sob n. _____,

DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico em
referência, que ***inexiste em seu quadro de sócios ou empregados pessoas com
vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro
grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do
quadro da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO, nos cargos de direção e
chefia ou de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus
agentes políticos.***

DECLARA ainda, após examinar as exigências do referido Edital de **PREGÃO
ELETRÔNICO**, que não infringe ao disposto no art. 14, inciso IV da Lei n.
14.133/2021.

CIDADE - ESTADO, _____ de _____ de 2026.

.....

(representante legal).

ANEXO IV DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA DE UM LADO, E DO OUTRO A EMPRESA -----, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com edital de licitação do **Pregão na forma Eletrônica n.º /.....**, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa no - -----, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

Aos dias__ do mês__ do ano de dois mil e ____, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua:_____, neste ato representado pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA** _____, representada pelo Sr. _____, brasileiro, _____, portador da cédula de identidade nº____e do CPF nº____, **CONTRATANTE**, e a Empresa_____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na_____, nº_____, Bairro_____, nesta Capital, neste ato legalmente representada pelo (a) Sr. (a)_____, brasileiro (a),_____, portador (a) da Cédula de Identidade nº____/SSP/___ e CPF nº____, **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução contratual, tudo de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e alterações, posteriores, resultante do procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico n.º _____**, nos termos do **Parecer nº____/SPACC/PGM/20__**, devidamente autorizado nos autos do **Processo Administrativo nº -----**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de dois Caminhões Hidrojato e um Varredeira visando atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA**.

Parágrafo Primeiro - Integram este documento contratual, como parte indissociável, VINCULANDO ESTÁ CONTRATAÇÃO:

- a) O Termo de Referência id. -----;
- b) O Edital da Licitação nº. id. -----;
- c) A Proposta do CONTRATADO id. -----;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados id. -----;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do contrato decorrente desta licitação será vinculada ao período de garantia efetivamente ofertado para os bens, contada a partir da assinatura do contrato, devendo abranger integralmente os prazos de entrega, garantia e assistência, com prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. Da forma do prazo, local de entrega e condições de recebimento

3.1.1. O objeto será contratado com entrega integral, em remessa única, consistindo em veículos 0 km, já com os implementos montados e testados, prontos para operação. O recebimento dar-se-á por unidade entregue e aceita pela Administração, mediante conferência técnica realizada pela Comissão de Recebimento designada pela SEINFRA, observando-se as disposições legais aplicáveis e as condições deste.

3.2. Dos prazos

3.2.1. O prazo de entrega dos bens será de até 90 (noventa) dias consecutivos, contados da assinatura do contrato e/ou emissão da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, o que ocorrer por último. A Contratada deverá

apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, cronograma de fabricação e montagem, contendo marcos de produção, instalação dos implementos, testes e entrega técnica.

3.2.2. Em situações excepcionais devidamente justificadas e previstas no edital, poderá ser admitido prazo superior, limitado à 180 (cento e oitenta) dias totais, desde que em conformidade com o cronograma pactuado e com anuência formal da Administração.

3.3. Do local e condições de entrega

3.3.1. A entrega dos veículos deverá ocorrer na sede da SEINFRA – Porto Velho/RO, em remessa única.

3.3.2. Em comum acordo entre Contratante e Contratada, poderá ser ajustado local diverso (dentro do município de Porto Velho), desde que sem ônus adicionais e sem prejuízo à entrega técnica.

3.3.3. O transporte, seguro, descarregamento e riscos até a entrega provisória são de responsabilidade exclusiva da Contratada.

3.3.4. Os equipamentos deverão ser entregues já com os implementos montados e testados, sendo eles equipamento de hidrojateamento e sucção a vácuo instalado sobre o chassi do veículo, em perfeitas condições de operação. Além de ter o primeiro emplacamento e licenciamento, realizado em nome do Município de Porto Velho, fabricação do ano corrente, o veículo a ser ofertado deve possuir garantia e assistência técnica em todo território nacional contra defeitos de fabricação.

3.3.5. À responsabilidade quanto à documentação do veículo, será da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

3.3.6. A Contratada deverá fornecer, juntamente com cada veículo:

a) 1 (um) manual de operação;

b) 1 (um) manual de serviço;

c) 1 (um) manual de manutenção preventiva e corretiva;

d) Catálogo de peças e acessórios com códigos de referência originais de fábrica;

e) Relação da rede de assistência técnica autorizada, incluindo unidade em Porto Velho/RO;

f) CD, DVD, mídia digital (USB) ou drive compartilhado com todos os manuais e catálogos.

3.3.6.1. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para esse idioma;

3.3.7. Os equipamentos deverão ser entregues adesivados com a logomarca oficial da Prefeitura de Porto Velho e do Governo Federal – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em local visível e proporcional às dimensões do bem, conforme modelo disponibilizado pela Administração, garantindo a rápida identificação do convênio de origem.

3.3.8. O desembarque, transporte, seguro e todos os riscos até a entrega provisória são de responsabilidade da Contratada, devendo esta disponibilizar pessoal e maquinário adequados. Caso seja necessária devolução por desconformidade, o reembolso também será de sua responsabilidade, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos ou quebras causadas aos materiais;

3.3.9. O veículo deverá possuir, além dos itens descritos, todos os equipamentos e sistemas exigidos pela legislação de trânsito em vigor;

3.3.10. A instalação do equipamento sobre o caminhão deverá estar inclusa no preço ofertado;

3.3.11. Se houver necessidade de adaptação do entre-eixo do caminhão para a montagem e instalação do equipamento, os custos deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.

3.4. Da entrega técnica

3.4.1. A entrega será acompanhada de entrega técnica obrigatória, conduzida por técnico qualificado da Contratada e acompanhada por comissão de recebimento designada pela SEINFRA.

3.4.2. A entrega técnica deverá ter duração mínima de 8 (oito) horas, sem quaisquer custos ao Município, contemplando, no mínimo:

- a) Demonstração de todas as funcionalidades e comandos de operação;**
- b) Procedimentos de segurança e rotinas de inspeção;**
- c) Manutenção básica preventiva e corretiva**
- d) Uso da solução de telemetria e sistemas embarcados, quando houver.**
- e) Quaisquer tema específico necessário para o bom funcionamento e operação correta dos veículos e equipamentos;**

3.4.3. A CONTRATADA deverá entregar o veículo com seus equipamentos, em conformidade com os padrões e normas técnicas aplicadas às espécies, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

3.5. Do recebimento provisório e definitivo

3.5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhados da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela comissão de recebimento designada pela SEINFRA, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste no Termo de Referência e na proposta.

3.5.2. Durante o recebimento provisório será realizada a entrega técnica, conforme item 3.4. do termo.

3.5.3. Os veículos serão recebidos provisoriamente para verificação das especificações, características mínimas, qualidade, prazo, preço e demais dados pertinentes. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os veículos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeitos ou fora de especificação, a Contratada será notificada por escrito. Nesse caso, os prazos de recebimento ficarão interrompidos e o pagamento suspenso até a regularização, quando ocorrerá novo recebimento provisório e o reinício da contagem dos prazos.

3.5.4. Os veículos poderão ser rejeitados no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e nas propostas.

3.5.5. Havendo necessidade de substituição ou complementação dos objetos entregues, a Administração notificará a Contratada para regularizar o fornecimento, permanecendo suspenso o pagamento até a completa regularização.

3.5.6. Após o recebimento provisório e sendo aprovados os veículos entregues, será efetivado o recebimento definitivo, mediante lavratura de termo detalhado e assinatura das notas fiscais, que serão enviadas para liquidação e pagamento.

3.5.7. Havendo irregularidades nas notas fiscais, estas serão devolvidas para correções, e o prazo para pagamento será reiniciado a partir da nova entrega regularizada. E havendo parte incontroversa não afetada por qualquer irregularidade, o pagamento correspondente deverá ser liberado dentro do prazo inicial, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

3.5.8. O prazo concedido à Contratada para sanar irregularidades ou corrigir documentos não será computado para efeito de recebimento definitivo.

3.5.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez, segurança e funcionalidade dos veículos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.5.10. O não atendimento do prazo fixado, poderá implicar na aplicação das sanções definidas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e ainda:

3.5.11. Poderá implicar em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas

neste Termo de Referência e na Legislação pertinente e em vigor, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação.

3.5.12. O (s) equipamentos (s) que for (em) recusado (s) pela Contratante deverá ser substituído, automaticamente, em prazo acordado entre as partes, contados da data de recebimento da notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados.

3.5.13. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas no Termo de Referência e anexos.

3.5.14. Realizada a entrega técnica pela Contratada, a Contratante, por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, os exames necessários para aceitação/aprovação do(s) Produto (s) solicitado de modo a comprovar que o mesmo atende as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

3.5.15. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o(s) produto(s) solicitado(s) não atende(m) às especificações previamente definidas neste Termo de Referência, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada a providenciar a substituição do produto não aceito, em prazo acordado entre as partes.

3.5.16. Realizada a entrega pela Contratada, por intermédio da Comissão de Recebimento do Material Permanente realizará o recebimento, de acordo com artigo 40, II da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 94 do Decreto Municipal nº 18.892/2023, nos termos abaixo:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, um servidor designado fará o recebimento dos bens limitando-se a verificara sua conformidade com o discriminado na Nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega.

b) Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação por Comissão de Recebimento, designada pela autoridade competente, de que o bem adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do bem contratado.

3.5.17. A inobservância ao disposto nos itens acima implicará o não pagamento à futura contratada, até a sua regularização.

3.5.18. Feita a entrega definitiva pela contratada, a Administração procederá conforme consta do respectivo edital de licitação com vistas ao recebimento definitivo do(s) produto (s).

3.5.19. Nos valores dos insumos já estar incluído o valor do frete (transporte).

3.6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

3.6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre

outros.

3.6.6. Da fiscalização: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.6.6.1. Fiscalização Técnica:

3.6.6.1.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.6.6.1.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.6.6.1.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.6.6.1.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.6.6.1.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.6.6.1.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.6.6.2. Fiscalização Administrativa:

3.6.6.2.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.6.6.2.2. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.6.6.3. Gestor do Contrato

3.6.6.3.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato, para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.6.6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.6.6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.6.6.3.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.6.6.3.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.6.6.3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.6.6.3.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.6.6.4. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a administração reserva-se o direito de, sem que qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

3.6.6.4.1. Fiscalizar e acompanhar o maquinário e equipamento conforme portaria designativa, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, haverá definição do fiscal da aquisição.

3.6.6.5. Sem prejuízo do previsto no subitem anterior, e também de acordo com designação por portaria, o contratado contará com respectiva comissão de RECEBIMENTO DO OBJETO de que trata o inciso II, alínea 'b', do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, composta no mínimo, por 03 (três) servidores, com capacidade para exercer o ateste final da aquisição, sob pena de responsabilidade solidária junto aos órgãos fiscalizadores, a qual se responsabilizará pelo recebimento definitivo do objeto, mediante termo circunstanciado, assinado pela maioria de seus membros, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado, ainda, o disposto no artigo 119 da mesma lei, de modo a aferir o atendimento aos princípios da legalidade, finalidade, eficiência e economicidade.

3.6.6.6. A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Secretaria.

3.6.6.7. A fiscalização do fornecimento será feita por um ou mais servidor ou comissão com competência para tanto, designados por autoridade competente para tanto.

3.6.6.8. A existência da fiscalização da Secretaria não diminui ou altera a responsabilidade da empresa contratada.

3.6.7. Do preposto da contratada: A Contratada deverá manter preposto formalmente designado, aceito pela Administração, para representá-la durante a execução contratual, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

3.6.7.1. O preposto deverá:

a) Ser identificado no início da execução do contrato, mediante apresentação de documento formal contendo nome completo, CPF, cargo/função e contatos (telefone e e-mail);

b) Estar disponível para comunicações presenciais e/ou eletrônicas junto ao Gestor e Fiscal do Contrato;

c) Acompanhar integralmente os serviços de entrega técnica, recebimento provisório e definitivo, treinamentos e demais obrigações acessórias da Contratada;

d) Ter poderes para decidir e solucionar de imediato as demandas ordinárias relativas ao contrato, ressalvadas aquelas que dependam de autorização formal da sede da Contratada;

e) Responder pelo cumprimento das ordens e determinações da Administração, inclusive registradas em atas, relatórios ou ordens de serviço.

3.6.7.2. A substituição do preposto somente poderá ocorrer mediante comunicação formal prévia à Administração, acompanhada da designação do novo representante, que deverá ser igualmente aceito.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

4.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor desta contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Após o recebimento do(s) equipamento (s) o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando – se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas neste termo de referência.

6.2. A Secretaria Municipal de Economia – SEMEC, efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da data da liquidação da despesa.

6.3. A empresa vencedora deverá apresentar obrigatoriamente, acompanhado de a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões que demonstrem a sua regularidade fiscal e trabalhista.

6.4. Por ocasião do pagamento a SEMEC verificará se a contratada mantém todas as condições jurídicas que habilitaram no certame, ou seja, a comprovação de se encontra quites junto a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho (certidão negativa).

6.5. O pagamento em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal exigida no subitem anterior data da liquidação da despesa. No corpo da nota deverá conter:

a) Processo e empenho.

b) Número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.

c) Número do Convênio, se houver.

6.6. Não haverá pagamento antecipado à liquidação da despesa em nenhuma hipótese, bem como, fica condicionado o pagamento à entrega dos documentos exigidos para este fim.

6.7. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.8. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento. Serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365}$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438
------------------------	---------------------------	----------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6.9. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440) e Certidão Negativa Federal, podendo ser verificadas nos sites eletrônicos.

6.10. Antecipação de Pagamento

6.10.1. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, Quadro Comparativo de Preços id. 0736865. PORTO VELHO 01 DE ABRIL DE 2026.

6.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Cumprir todas as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 18.892/2023, no edital e anexos, bem como na sua proposta.

8.2. Efetuar a entrega dos veículos em perfeitas condições, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e anexos, dentro do prazo estabelecido, acompanhados da respectiva nota fiscal, em que constem: nome do bem, fabricante, número de chassi, data de fabricação e quantidade.

8.3. Arcar integralmente com todas as despesas decorrentes da coleta, seguro, transporte, frete, carga, descarga, estocagem e eventuais testes, laudos ou ensaios técnicos exigidos, até o recebimento definitivo dos veículos.

8.4. Entregar os veículos emplacados e licenciados, sendo o primeiro emplacamento realizado no Município de Porto Velho/RO e em nome deste.

8.5. Disponibilizar, sem quaisquer ônus para o Município, componentes ou acessórios adicionais indispensáveis ao fiel cumprimento do contrato e funcionamento adequado dos veículos.

8.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas e no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, qualquer veículo ou componente entregue com avaria, defeito ou em desconformidade com as especificações.

8.7. Comunicar formalmente ao órgão contratante qualquer ocorrência que possa prejudicar o cumprimento do contrato, devendo notificar com antecedência mínima de 5 (cinco) dias eventuais impossibilidades de entrega.

8.8. Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes,

prepostos ou empregados, durante a execução contratual.

8.9. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu pessoal e fornecedores, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração Pública.

8.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que solicitado, certidões de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e fundiária.

8.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.12. Indicar preposto aceito pela Administração, com poderes para representá-la durante a execução do contrato, especialmente em atividades de entrega técnica, recebimento provisório e definitivo.

8.13. Cumprir normas ambientais, inclusive quanto à destinação final ambientalmente adequada de resíduos e componentes, sempre que a legislação assim o exigir.

8.14. Responsabilizar-se pelos vícios de qualidade ou quantidade dos veículos fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

8.15. Não subcontratar total ou parcialmente o objeto, salvo previsão expressa em edital ou autorização formal da Administração.

8.16. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Município de Porto Velho/RO no concernente ao objeto deste Termo de Referência, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas, obriga-se a atender prontamente

8.17. A inobservância aos dispostos nos itens implicará o não pagamento à contratada, até a sua regularização.

8.18. Em caso de extravio dos bens antes de sua recepção pela contratada deverá arcar com todas as despesas e no caso de devolução ou extravio dos bens, a contratada será responsável pelo pagamento de fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem.

8.19. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, assegurando, quando aplicável, a contratação de pessoas com deficiência, de reabilitados da Previdência Social e de aprendizes, nos termos da legislação vigente.

8.20. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada ao objeto contratado.

9.2. Efetuar o pagamento à Contratada em conformidade com este Termo de Referência, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela comissão de recebimento.

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos entregues em desacordo com as especificações ou prazos estabelecidos, notificando formalmente a Contratada.

9.4. Designar Gestor e Fiscal do Contrato, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis por acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

9.5. Assegurar as condições necessárias à Contratada para cumprimento regular das obrigações, especialmente quanto à indicação de local e horários de entrega, bem como à disponibilização de área para guarda provisória dos veículos após o recebimento.

9.6. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

9.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.13. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

9.14. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para esta licitação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, conforme:

PROGRAMA 0015 - CIDADE LIMPA

AÇÃO: Limpeza, manutenção e conservação de logradouros públicos

PROJETO ATIVIDADE - P.A: 11.01.15.452.0015.2.829

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE DE RECURSO: 1.700.0000.0000.0000 - Rec. de Outras Fontes - Tranf. De Convênios

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. À Contratada que, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir dispositivos legais, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito devidamente justificados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e a gravidade da infração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como as disposições dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 18.892/2023, as seguintes penalidades:

I – Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade, que não causem prejuízos significativos à Administração;

II – Multa, nos seguintes percentuais, incidentes sobre o valor do contrato ou do item afetado, conforme a infração:

a) Atraso injustificado na entrega do objeto contratado ou descumprimento contratual: multa diária não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), limitada a 30%;

b) Atraso injustificado na substituição do objeto: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do item, limitada a 10 dias;

c) Atraso superior a 10 dias para substituição: multa de 8% (oito por cento) sobre o valor do item;

d) Reincidência em atrasos de que tratam as alíneas anteriores: aplicação de sanção mais grave, sem prejuízo das multas já estabelecidas;

e) Descumprimento total do contrato: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado;

f) Descumprimento parcial: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global, considerada a relevância da obrigação inadimplida;

g) Recusa em formalizar o contrato no prazo estabelecido durante a vigência da proposta: caracterizará inexecução total, sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando constatada falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

12.2. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a rescisão contratual, quando cabível.

12.3. A aplicação das penalidades será precedida de processo administrativo regular, com garantia do contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

12.4. As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos à Contratada ou cobradas judicialmente, se necessário.

12.5. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho/RO. Em caso de suspensão de licitar, o licitante será descredenciado pelo mesmo período, sem prejuízo da cobrança das multas.

12.6. A reabilitação poderá ser concedida pela autoridade competente após decorrido o prazo da sanção e desde que a Contratada tenha ressarcido integralmente a Administração pelos prejuízos causados;

12.7. Os prazos para adimplemento das obrigações podem ser prorrogados nos casos e condições previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja apresentado por escrito, de forma fundamentada e instruída com documentos, antes do vencimento da obrigação.

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

12.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

12.10. No mais, em casos de inadimplemento, aplicam-se as sanções, as formas, os prazos e demais prerrogativas previstas nos arts. 95 à 130 do Decreto Municipal Lei 18.892/2023. (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS);

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo

Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.3. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

14.4. A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

14.5. Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

14.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INADIMPLEMENTO

15.1. No caso de abertura de procedimento administrativo para apuração de inadimplemento contratuais deverá ser observado o procedimento estabelecido no art. 95 a 130 do Decreto Municipal 18.892/2023.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais aplicáveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA HABILITAÇÃO

18.1. A CONTRATADA obriga-se a manter as condições que a habilitaram no certame licitatório, até o total cumprimento deste contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento.

20. CLÁUSULA VÍGESIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Após a assinatura deste contrato, o CONTRATANTE providenciará a publicação do mesmo ou de resumo no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, **devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município.**

Porto Velho, ____ de ____ de 20__.

SECRETÁRIO MUNICIPAL

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

VISTO:

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO



Documento assinado eletronicamente por **Taiane Do Carmo Souza, Agente**, em 04/05/2026, às 23:04, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0845225** e o código CRC **478F0372**.





**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 179 - SMCL-DGC

TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO Nº 138/SMCL/PVH/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 019.000367/2025-91	
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA	
Nome do requisitante: Gentil Gomes De Castro Filho	Cadastro: 632580
Setor/Departamento: Departamento de Serviços de Limpeza Pública	Data do Pedido: 25/09/2025

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a **Aquisição de dois Caminhões Hidrojato e um Varredeira** visando atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITI	CAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁ R\$	VALOR TOTAL R\$
		Veículo Tipo Caminhão truck 6 x 4, com Equipamento Misto Simultâneo de Alta Sucção e Hidrojateamento De Alta Pressão, Tipo "Vac All/Pressão" Especificações: Veículo-Chassi - Configuração: Caminhão 6x4, zero quilômetro, cabine metálica avançada com suspensão pneumática. Motor: Diesel, mínimo 5-6 cilindros, potência de 260 cv. Transmissão: Manual ou automatizada, com mínimo de 6 marchas à frente + 1 ré (até 10 marchas). Direção: Hidráulica, regulável. Conforto: Ar-condicionado, porta-luvas, compartimentos para objetos, quebra-sol externo e alarme sonoro de marcha-ré. Tanque de combustível: Capacidade mínima de 275 litros. PBT: Homologado para \geq 23.000 kg. Tanque/Reservatório - Formato: Cilíndrico ou torisférico, em aço carbono SAE 1020. Espessura mínima: 3/16" (~4,76 mm), com reforços em cintas de viga "U" (~3,17 mm) e quebra-ondas internas. Capacidade total: 10.000 L (6.000 L detritos +				

1	<p>4.000 L água). Observação: o mercado também adota variações de 15.000 L (10.000 detritos + 5.000 água). Acabamento interno: Epóxi para compartimento de água, garantindo proteção contra corrosão e contaminação. Sistema Hidrojato - Acionamento: Via TDF (tomada de força) do caminhão, com polias trapezoidais e correias sincronizadoras (padrão robusto e de baixo custo). Faixa de operação: Desobstrução: 100–400 L/min, 100–350 bar. Limpezas pesadas (super/hiper alta pressão): 750–2.800 bar via skid especial. Componentes Auxiliares - Carretel bandeira: Capacidade: ~120 m de mangueira de alta pressão (¾" ou 1"). Operação: Hidráulica (preferencial), com controle de velocidade, sentido de rotação, painel traseiro e trava de posição. Carretel auxiliar: ~120 m de mangueira de alta pressão (¾" ou 1"), geralmente com acionamento hidráulico. Mangueira: Termoplástica laranja, pressão de trabalho 210–300 bar, conexões NPT macho. Bico de desobstrução ("bala"): Configuração: 1 furo frontal + 4–5 traseiros a ~35°, com efeito propulsor. Material: aço carbono ou inox. Sistema de Vácuo (quando combinado) - Tipos de bomba: Anel líquido: fluxo de 12–14 m³/min, mangueira de 3". Lóbulos: até 18–27 m³/min, mangueira de 4". Tanque de resíduos: capacidade típica até 20 m³. Manutenção e Operação - Inspeção diária de mangueiras, conexões e bico de desobstrução. Checagem regular da tensão das correias e reposição acessível. Bombas triplex: vida útil estimada >10.000 horas com manutenção adequada. Bico "bala": limpeza após uso; substituição preventiva reduz esforço operacional em até 40%;</p>	UND.	02	R\$ 1.361,18	R\$ 2.361,12
	<p>Veículo Tipo Caminhão 4 x 2 Equipado Com Varredeira Mecânica</p> <p>Especificações: Veículo-Chassi: Caminhão 4x2, de primeiro uso, 0 km, cor branca. Motor: mínimo 4 cilindros, potência mínima 200 cv. Transmissão: mínimo de 6 marchas à frente + 1 ré. Direção: hidráulica. Conforto: ar-condicionado. Peso Bruto Total (PBT): mínimo 16.000 kg. Carga útil + carroceria: mínimo 10.500 kg. Tanque de combustível: capacidade mínima de 275 litros. Caçamba – Capacidade: 6–8 m³, em aço inox ou aço carbono com</p>				

2	revestimento epóxi. Sistema: basculante com mecanismos ergonômicos para facilitar a operação e o descarte. Tanque de Água e Recirculação – Capacidade: 1.500–2.500 L. Sistema: recirculação para otimizar consumo e operação contínua. Faixa de Varrição e Supressão de Poeira – Faixa útil de varrição: 3.500–3.700 mm. Supressão de poeira: por bicos integrados às escovas e, se possível, turbina de sucção e sistema de jatos. Sistemas de Controle – Monitoramento em painel. Controle remoto sem fio para comandos principais. Alertas visuais e sonoros. Dados exportáveis (USB). Segurança e Manutenção – Iluminação LED para operação noturna. Trava de segurança nas inspeções. Baixa manutenção, engrenagens sem correias;	UND.	01	R\$ 1.932.916,67	R\$ 1.932.916,67
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 4.655.277,79 (Quatro milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos)					

1.2. DA NATUREZA DO OBJETO: A referida contratação é considerada **BEM COMUM**, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente no inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.3. Prazo de entrega: O prazo de entrega de até 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do contrato e/ou emissão da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, o que ocorrer por último. Os eventuais atrasos deverão ser comunicados e justificados por escrito para avaliação, podendo a empresa ser penalizada.

1.4. Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o **MENOR PREÇO** para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133/21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 019.000367/2025-91**, e visa motivar a aquisição pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.1. Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência id. 0097785 elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

2.1.2. Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

2.2. DA JUSTIFICAVA DA SEMAD

2.2.1. A contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar id. 0097670, elaborado pelo Departamento Administrativo da SEINFRA, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021. O referido estudo, contém a análise da necessidade, a descrição da solução como um todo, o levantamento de mercado, a estimativa de valores e a justificativa da vantagem da aquisição dos veículos pesados (caminhões hidrojetado

e caminhão varredeira) para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 5 do Estudo Técnico Preliminar id. 0097670.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios de sustentabilidade

4.1.1. A contratação prevê que os veículos deverão atender aos limites de emissão de poluentes estabelecidos pelo PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 490/2018. Além disso, a Administração observará, no desfazimento futuro dos bens, a destinação adequada conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), garantindo responsabilidade socioambiental durante todo o ciclo de vida do objeto.

4.1.2. O objeto desta Contratação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental sempre respeitando as normativas Federais, Estaduais e Municipais necessárias e compatíveis ao objeto deste Termo.

4.2. Não há indicação restritiva de marca ou modelo específico. Eventuais referências utilizadas em pesquisas de mercado foram adotadas apenas como parâmetros referenciais de desempenho, nos termos do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de facilitar a compreensão técnica do objeto e preservar a ampla competitividade.

4.3. Deverá ser exigida carta de solidariedade do fabricante, nos termos do art. 41, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sempre que a licitante for distribuidora ou revendedora, como forma de assegurar a garantia do fornecimento e do suporte técnico.

4.4. Subcontratação

4.4.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

4.5. Da garantia e assistência técnica

4.5.1. Os veículos deverão contar com garantia mínima de 12 (doze) meses de fábrica, sem limite de quilometragem.

4.5.2. A contratada deverá comprovar possuir rede de assistência técnica autorizada em Porto Velho/RO, devendo a licitante apresentar, junto à proposta de preços, relação de rede credenciada e autorizada pelo fabricante, com os seguintes dados: razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail para contato e/ou declarar que existem técnicos qualificados e credenciados no quadro de colaboradores responsáveis pela Assistência Técnica durante a garantia do maquinário/equipamento.

4.5.3. A assistência técnica deverá ser prestada em até 72 (setenta e duas) horas após comunicação da contratante,

4.5.4. As despesas com impostos, mão de obra, substituição de peças dentro do prazo de garantia e aquelas que apresentarem desgastes por defeito de fabricação, deslocamentos de veículos e pessoal, e quaisquer outras despesas oriundas dos atendimentos de assistência técnica e manutenção durante o período de garantia, serão de inteira responsabilidade da contratada.

4.6. Documentos técnicos de conformidade

4.6.1. Declaração do fabricante do chassi e do implemento de que os sistemas hidráulicos e eletrônicos instalados são originais de fábrica ou autorizados oficialmente, atendendo às normas brasileiras de segurança e desempenho aplicáveis.

4.6.2. Para implementos que exijam adaptação do chassi (como no caso do caminhão hidrojato), deverá ser apresentado projeto de instalação assinado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica registrada no CREA.

4.6.3. Quando o veículo for fornecido já como conjunto completo e homologado pelo fabricante, a Contratada poderá apresentar o CAT – Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito, emitido pelo DENATRAN, em substituição à ART de instalação.

4.6.4. Certificados de conformidade e/ou declarações de atendimento às normas técnicas vigentes (ABNT, INMETRO, CONTRAN, PROCONVE/CONAMA), quando aplicáveis ao chassi e ao implemento, deverão ser entregues juntamente com os veículos.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da forma do prazo, local de entrega e condições de recebimento

5.1.1. O objeto será contratado com entrega integral, em remessa única, consistindo em veículos 0 km, já com os implementos montados e testados, prontos para operação. O recebimento dar-se-á por unidade entregue e aceita pela Administração, mediante conferência técnica realizada pela Comissão de Recebimento designada pela SEINFRA, observando-se as disposições legais aplicáveis e as condições deste Termo de Referência.

5.2. Dos prazos

5.2.1. O prazo de entrega dos bens será de até 90 (noventa) dias consecutivos, contados da assinatura do contrato e/ou emissão da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, o que ocorrer por último. A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, cronograma de fabricação e montagem, contendo marcos de produção, instalação dos implementos, testes e entrega técnica.

5.2.2. Em situações excepcionais devidamente justificadas e previstas no edital, poderá ser admitido prazo superior, limitado à 180 (cento e oitenta) dias totais, desde que em conformidade com o cronograma pactuado e com anuência formal da Administração.

5.3. Do local e condições de entrega

5.3.1. A entrega dos veículos deverá ocorrer na sede da SEINFRA – Porto Velho/RO, em remessa única.

5.3.2. Em comum acordo entre Contratante e Contratada, poderá ser ajustado local diverso (dentro do município de Porto Velho), desde que sem ônus adicionais e sem prejuízo à entrega técnica.

5.3.3. O transporte, seguro, descarregamento e riscos até a entrega provisória são de responsabilidade exclusiva da Contratada.

5.3.4. Os equipamentos deverão ser entregues já com os implementos montados e testados, sendo eles equipamento de hidrojateamento e sucção a vácuo instalado sobre o chassi do veículo, em perfeitas condições de operação. Além de ter o primeiro emplacamento e licenciamento, realizado em nome do Município de Porto Velho, fabricação do ano corrente, o veículo a ser ofertado deve possuir garantia e assistência técnica em todo território nacional contra defeitos de fabricação.

5.3.5. À responsabilidade quanto à documentação do veículo, será da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

5.3.6. A Contratada deverá fornecer, juntamente com cada veículo:

a) 1 (um) manual de operação;

b) 1 (um) manual de serviço;

c) 1 (um) manual de manutenção preventiva e corretiva;

d) Catálogo de peças e acessórios com códigos de referência originais de fábrica;

e) Relação da rede de assistência técnica autorizada, incluindo unidade em Porto Velho/RO;

f) CD, DVD, mídia digital (USB) ou drive compartilhado com todos os manuais e catálogos.

5.3.6.1. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para esse idioma;

5.3.7. Os equipamentos deverão ser entregues adesivados com a logomarca oficial da Prefeitura de Porto Velho e do Governo Federal – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em local visível e proporcional às dimensões do bem, conforme modelo disponibilizado pela Administração, garantindo a rápida identificação do convênio de origem.

5.3.8. O desembarque, transporte, seguro e todos os riscos até a entrega provisória são de responsabilidade da Contratada, devendo esta disponibilizar pessoal e maquinário adequados. Caso seja necessária devolução por desconformidade, o reembarque também será de sua responsabilidade, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos ou quebras causadas aos materiais;

5.3.9. O veículo deverá possuir, além dos itens descritos, todos os equipamentos e sistemas exigidos pela legislação de trânsito em vigor;

5.3.10. A instalação do equipamento sobre o caminhão deverá estar inclusa no preço ofertado;

5.3.11. Se houver necessidade de adaptação do entre-eixo do caminhão para a montagem e instalação do equipamento, os custos deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4. Da entrega técnica

5.4.1. A entrega será acompanhada de entrega técnica obrigatória, conduzida por técnico qualificado da Contratada e acompanhada por comissão de recebimento designada pela SEINFRA.

5.4.2. A entrega técnica deverá ter duração mínima de 8 (oito) horas, sem quaisquer custos ao Município, contemplando, no mínimo:

a) Demonstração de todas as funcionalidades e comandos de operação;

b) Procedimentos de segurança e rotinas de inspeção;

c) Manutenção básica preventiva e corretiva

d) Uso da solução de telemetria e sistemas embarcados, quando houver.

e) Quaisquer tema específico necessário para o bom funcionamento e operação correta dos veículos e equipamentos;

5.4.3. A CONTRATADA deverá entregar o veículo com seus equipamentos, em conformidade com os padrões e normas técnicas aplicadas às espécies, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

5.5. Do recebimento provisório e definitivo

5.5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhados da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela comissão de recebimento designada pela SEINFRA, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5.2. Durante o recebimento provisório será realizada a entrega técnica, conforme item 5.4.

5.5.3. Os veículos serão recebidos provisoriamente para verificação das especificações, características

mínimas, qualidade, prazo, preço e demais dados pertinentes. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os veículos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeitos ou fora de especificação, a Contratada será notificada por escrito. Nesse caso, os prazos de recebimento ficarão interrompidos e o pagamento suspenso até a regularização, quando ocorrerá novo recebimento provisório e o reinício da contagem dos prazos.

5.5.4. Os veículos poderão ser rejeitados no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e nas propostas.

5.5.5. Havendo necessidade de substituição ou complementação dos objetos entregues, a Administração notificará a Contratada para regularizar o fornecimento, permanecendo suspenso o pagamento até a completa regularização.

5.5.6. Após o recebimento provisório e sendo aprovados os veículos entregues, será efetivado o recebimento definitivo, mediante lavratura de termo detalhado e assinatura das notas fiscais, que serão enviadas para liquidação e pagamento.

5.5.7. Havendo irregularidades nas notas fiscais, estas serão devolvidas para correções, e o prazo para pagamento será reiniciado a partir da nova entrega regularizada. E havendo parte incontroversa não afetada por qualquer irregularidade, o pagamento correspondente deverá ser liberado dentro do prazo inicial, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

5.5.8. O prazo concedido à Contratada para sanar irregularidades ou corrigir documentos não será computado para efeito de recebimento definitivo.

5.5.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez, segurança e funcionalidade dos veículos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.5.10. O não atendimento do prazo fixado, poderá implicar na aplicação das sanções definidas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e ainda:

5.5.11. Poderá implicar em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas neste Termo de Referência e na Legislação pertinente e em vigor, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação.

5.5.12. O (s) equipamentos (s) que for (em) recusado (s) pela Contratante deverá ser substituído, automaticamente, em prazo acordado entre as partes, contados da data de recebimento da notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados.

5.5.13. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas no Termo de Referência e anexos.

5.5.14. Realizada a entrega técnica pela Contratada, a Contratante, por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, os exames necessários para aceitação/aprovação do(s) Produto (s) solicitado de modo a comprovar que o mesmo atende as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.5.15. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o(s) produto(s) solicitado(s) não atende(m) às especificações previamente definidas neste Termo de Referência, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada a providenciar a substituição do produto não aceito, em prazo acordado entre as partes.

5.5.16. Realizada a entrega pela Contratada, por intermédio da Comissão de Recebimento do Material Permanente realizará o recebimento, de acordo com artigo 40, II da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 94 do Decreto Municipal nº 18.892/2023, nos termos abaixo:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, um servidor designado fará o recebimento dos bens limitando-se a verificara sua conformidade com o discriminado na Nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega.

b) Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação por Comissão de Recebimento, designada pela autoridade competente, de que o bem adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do bem contratado.

5.5.17. A inobservância ao disposto nos itens acima implicará o não pagamento à futura contratada, até a sua regularização.

5.5.18. Feita a entrega definitiva pela contratada, a Administração procederá conforme consta do respectivo edital de licitação com vistas ao recebimento definitivo do(s) produto (s).

5.5.19. Nos valores dos insumos já estar incluído o valor do frete (transporte).

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Da fiscalização: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6.1. Fiscalização Técnica:

6.6.1.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.1.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.1.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.1.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.1.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.2. Fiscalização Administrativa:

6.6.2.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.2.2. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6.3. Gestor do Contrato

6.6.3.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato, para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.6.3.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.6.3.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6.3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.6.3.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.6.4. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a administração reserva-se o direito de, sem que qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

6.6.4.1. Fiscalizar e acompanhar o maquinário e equipamento conforme portaria designativa, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, haverá definição do fiscal da aquisição.

6.6.5. Sem prejuízo do previsto no subitem anterior, e também de acordo com designação por portaria, o contratado contará com respectiva comissão de RECEBIMENTO DO OBJETO de que trata o inciso II, alínea 'b', do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, composta no mínimo, por 03 (três) servidores, com capacidade para exercer o ateste final da aquisição, sob pena de responsabilidade solidária junto aos órgãos fiscalizadores, a qual se responsabilizará pelo recebimento definitivo do objeto, mediante termo circunstanciado, assinado pela maioria de seus membros, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado, ainda, o disposto no artigo 119 da mesma lei, de modo a aferir o atendimento aos princípios da legalidade, finalidade, eficiência e economicidade.

6.6.6. A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Secretaria.

6.6.7. A fiscalização do fornecimento será feita por um ou mais servidor ou comissão com competência para tanto, designados por autoridade competente para tanto.

6.6.8. A existência da fiscalização da Secretaria não diminui ou altera a responsabilidade da empresa contratada.

6.7. Do preposto da contratada: A Contratada deverá manter preposto formalmente designado, aceito pela Administração, para representá-la durante a execução contratual, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. O preposto deverá:

a) Ser identificado no início da execução do contrato, mediante apresentação de documento formal contendo nome completo, CPF, cargo/função e contatos (telefone e e-mail);

b) Estar disponível para comunicações presenciais e/ou eletrônicas junto ao Gestor e Fiscal do Contrato;

c) Acompanhar integralmente os serviços de entrega técnica, recebimento provisório e definitivo, treinamentos e demais obrigações acessórias da Contratada;

d) Ter poderes para decidir e solucionar de imediato as demandas ordinárias relativas ao contrato, ressalvadas aquelas que dependam de autorização formal da sede da Contratada;

e) Responder pelo cumprimento das ordens e determinações da Administração, inclusive registradas em atas, relatórios ou ordens de serviço.

6.7.2. A substituição do preposto somente poderá ocorrer mediante comunicação formal prévia à Administração, acompanhada da designação do novo representante, que deverá ser igualmente aceito.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento do(s) equipamento (s) o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando – se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas neste termo de referência.

7.2. A Secretaria Municipal de Economia – SEMEC, efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da data da liquidação da despesa.

7.3. A empresa vencedora deverá apresentar obrigatoriamente, acompanhado de a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões que demonstrem a sua regularidade fiscal e trabalhista.

7.4. Por ocasião do pagamento a SEMEC verificará se a contratada mantém todas as condições jurídicas que habilitaram no certame, ou seja, a comprovação de se encontra quites junto a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho (certidão negativa).

7.5. O pagamento em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal exigida no subitem anterior data da liquidação da despesa. No corpo da nota deverá conter:

a) Processo e empenho.

b) Número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.

c) Número do Convênio, se houver.

7.6. Não haverá pagamento antecipado à liquidação da despesa em nenhuma hipótese, bem como, fica condicionado o pagamento à entrega dos documentos exigidos para este fim.

7.7. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.8. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido

de alguma forma para tanto, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento. Serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365}$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$
------------------------	---------------------------	------------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.9. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440) e Certidão Negativa Federal, podendo ser verificadas nos sites eletrônicos.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Critério de julgamento das propostas

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.2. Serão desclassificadas propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou acima do valor de referência, definido com base em pesquisa de mercado realizada pela Secretaria Executiva de Licitações;

8.1.3. As regras de desempate entre propostas observarão o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e serão discriminadas no edital;

8.2. Exigência de habilitação

8.2.1. Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021; Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no Edital de licitação.

8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. Qualificação Técnica da Contratada: Conforme autoriza o art. 67 da Lei n. 14.133/2021, deverá constar do Edital que regerá a licitação decorrente deste Termo, a obrigatoriedade da licitante apresentar, na fase de habilitação, documentos aptos a demonstrar a sua capacidade técnico-operacional, por meio da exigência dos documentos. Justifica-se desde já que, para possibilitar a correta aferição da capacidade técnica das licitantes sem restrições desnecessárias e, na forma prevista no art. 67, §1º da Lei n. 14.133/2021, a Administração adota como critério objetivo para julgamento, a comprovação de **compatibilidade em características do objeto desta licitação**, conforme demonstrado abaixo:

8.3.2. Para fins de aferimento da qualificação, os licitantes interessados em participar do certame, deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de **características similares** de complexidade operacional equivalente ou superior ao **objeto desta contratação**, ou ao item/lote pertinente, devendo a comprovação se dar por meio da apresentação de Certidão, atestado de capacidade ou outros documentos idôneo capaz de comprovar que o licitante **possui a capacidade técnica necessária e suficiente para executar o objeto de forma satisfatória**.

8.3.3. Os documentos emitidos deverão ser por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

8.3.4. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, dentre outros.

8.3.5. Apresentação de declaração da fabricante ou distribuidora autorizada de que prestará assistência técnica e garantirá a disponibilidade de peças originais durante o período contratual e de garantia.

8.4. Da aplicação da Lei Federal 123/2006 e suas alterações

8.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios CONDICIONADAS AS NORMAS DA LEI 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, para fins de participação nesta Licitação, tratando-se de aquisição, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

a) ITEM/LOTE COM VALORES ACIMA de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão para PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA, e não se aplicará a regra COTA RESERVADA a este objeto, por não se tratar de bens de natureza divisível.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando: [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021\)](#) [...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o art. 23, da Lei nº 14.133/2021: "Art.23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto".

9.2. Em conformidade com a pesquisa de preços, atestada pelo Departamento de Pesquisa Mercadológica – DPM/SMCL id. 0732254 e 0736865, o valor estimado para a contratação é de **R\$ 4.655.277,79 (Quatro milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos)**.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Obrigações da contratada

10.1.1. Cumprir todas as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 18.892/2023, no edital e anexos, bem como na sua proposta.

10.1.2. Efetuar a entrega dos veículos em perfeitas condições, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e anexos, dentro do prazo estabelecido, acompanhados da respectiva nota fiscal, em que constem: nome do bem, fabricante, número de chassi, data de fabricação e quantidade.

10.1.3. Arcar integralmente com todas as despesas decorrentes da coleta, seguro, transporte, frete, carga, descarga, estocagem e eventuais testes, laudos ou ensaios técnicos exigidos, até o recebimento definitivo dos veículos.

10.1.4. Entregar os veículos emplacados e licenciados, sendo o primeiro emplacamento realizado no Município de Porto Velho/RO e em nome deste.

10.1.5. Disponibilizar, sem quaisquer ônus para o Município, componentes ou acessórios adicionais indispensáveis ao fiel cumprimento do contrato e funcionamento adequado dos veículos.

10.1.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas e no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, qualquer veículo ou componente entregue com avaria, defeito ou em desconformidade com as especificações.

10.1.7. Comunicar formalmente ao órgão contratante qualquer ocorrência que possa prejudicar o cumprimento do contrato, devendo notificar com antecedência mínima de 5 (cinco) dias eventuais impossibilidades de entrega.

10.1.8. Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes, prepostos ou empregados, durante a execução contratual.

10.1.9. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu pessoal e fornecedores, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração Pública.

10.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que solicitado, certidões de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e fundiária.

10.1.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.12. Indicar preposto aceito pela Administração, com poderes para representá-la durante a execução do contrato, especialmente em atividades de entrega técnica, recebimento provisório e definitivo.

10.1.13. Cumprir normas ambientais, inclusive quanto à destinação final ambientalmente adequada de resíduos e componentes, sempre que a legislação assim o exigir.

10.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios de qualidade ou quantidade dos veículos fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

10.1.15. Não subcontratar total ou parcialmente o objeto, salvo previsão expressa em edital ou autorização formal da Administração.

10.1.16. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Município de Porto Velho/RO no concernente ao objeto deste Termo de Referência, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas, obriga-se a atender prontamente

10.1.17. A inobservância aos dispostos nos itens implicará o não pagamento à contratada, até a sua regularização.

10.1.18. Em caso de extravio dos bens antes de sua recepção pela contratada deverá arcar com todas as despesas e no caso de devolução ou extravio dos bens, a contratada será responsável pelo pagamento de fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem.

10.1.19. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, assegurando, quando aplicável, a contratação de pessoas com deficiência, de reabilitados da Previdência Social e de aprendizes, nos termos da legislação vigente.

10.1.20. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.2. Obrigações da contratante

10.2.1. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada ao objeto contratado.

10.2.2. Efetuar o pagamento à Contratada em conformidade com este Termo de Referência, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela comissão de recebimento.

10.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos entregues em desacordo com as especificações ou prazos estabelecidos, notificando formalmente a Contratada.

10.2.4. Designar Gestor e Fiscal do Contrato, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis por acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

10.2.5. Assegurar as condições necessárias à Contratada para cumprimento regular das obrigações, especialmente quanto à indicação de local e horários de entrega, bem como à disponibilização de área para guarda provisória dos veículos após o recebimento.

10.2.6. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

10.2.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.2.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado

10.2.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2.11. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.2.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.2.13. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

10.2.14. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021;

11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DA SANÇÕES

11.1. À Contratada que, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir dispositivos legais, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito devidamente justificados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e a gravidade da infração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como as disposições dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 18.892/2023, as seguintes penalidades:

I – Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade, que não causem prejuízos significativos à Administração;

II – Multa, nos seguintes percentuais, incidentes sobre o valor do contrato ou do item afetado, conforme a infração:

a) Atraso injustificado na entrega do objeto contratado ou descumprimento contratual: multa diária não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), limitada a 30%;

b) Atraso injustificado na substituição do objeto: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do item, limitada a 10 dias;

c) Atraso superior a 10 dias para substituição: multa de 8% (oito por cento) sobre o valor do item;

d) Reincidência em atrasos de que tratam as alíneas anteriores: aplicação de sanção mais grave, sem prejuízo das multas já estabelecidas;

e) Descumprimento total do contrato: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado;

f) Descumprimento parcial: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global, considerada a relevância da obrigação inadimplida;

g) Recusa em formalizar o contrato no prazo estabelecido durante a vigência da proposta: caracterizará

inexecução total, sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando constatada falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

11.2. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a rescisão contratual, quando cabível.

11.3. A aplicação das penalidades será precedida de processo administrativo regular, com garantia do contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

11.4. As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos à Contratada ou cobradas judicialmente, se necessário.

11.5. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho/RO. Em caso de suspensão de licitar, o licitante será descredenciado pelo mesmo período, sem prejuízo da cobrança das multas.

11.6. A reabilitação poderá ser concedida pela autoridade competente após decorrido o prazo da sanção e desde que a Contratada tenha ressarcido integralmente a Administração pelos prejuízos causados;

11.7. Os prazos para adimplemento das obrigações podem ser prorrogados nos casos e condições previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja apresentado por escrito, de forma fundamentada e instruída com documentos, antes do vencimento da obrigação.

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

11.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

11.10. No mais, em casos de inadimplemento, aplicam-se as sanções, as formas, os prazos e demais prerrogativas previstas nos arts. 95 à 130 do Decreto Municipal Lei 18.892/2023. (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS);

12. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

12.1. A presente contratação será instrumentalizada mediante contrato, em razão do valor e da complexidade do objeto.

12.2. A contratação resultante do objeto deste Edital, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

12.3. Da vigência

12.3.1. A vigência do contrato decorrente desta licitação será vinculada ao período de garantia efetivamente ofertado para os bens, contada a partir da assinatura do contrato, devendo abranger integralmente os prazos de entrega, garantia e assistência, com prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Do reajuste

12.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, Quadro Comparativo de Preços id. 0736865. PORTO VELHO 01 DE ABRIL DE 2026.

12.4.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, conforme:

PROGRAMA 0015 – CIDADE LIMPA

AÇÃO: Limpeza, manutenção e conservação de logradouros públicos

PROJETO ATIVIDADE – P.A: 11.01.15.452.0015.2.829

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE DE RECURSO: 1.700.0000.0000.0000 – Rec. de Outras Fontes – Tranf. De Convênios

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.2. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

14.4. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

14.5. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR é parte integrante do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo).

Porto Velho - RO, 01 de abril de 2026.

Responsável(eis) pela elaboração:

Mikael Marques Cruz

Assessor V

Responsável(eis) pela revisão:

Ivan Eduardo Carvalho da Silva

Assessor II

Neiva Graciela Fiorese Sottomayor

Diretora Executiva - DEA

Aprovação da Autoridade Competente

Thiago Felipe Cantanhede Pacheco

Secretário Municipal de Infraestrutura

ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar **Id. 0097670**

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriele Holtz Machado, Assessor(a)**, em 01/04/2026, às 14:09, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Felipe Cantanhede Pacheco, Secretário (a)**, em 02/04/2026, às 12:37, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Mikael Marques Cruz, Assessor(a)**, em 06/04/2026, às 08:29, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Neiva Graciela Fiorese Sottomayor, Diretor (a)**, em 06/04/2026, às 08:31, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Eduardo Carvalho da Silva, Assessor(a)**, em 06/04/2026, às 08:41, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0737027** e o código CRC **E7DCD4C5**.



MAPA DE RISCOS
Nº0048787/2025 - SEINFRA-GAB/SEINFRA-DEA

Porto Velho. 24 de setembro de 2025.

O mapa de risco é o documento elaborado para análise dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, portanto é uma ferramenta que serve para identificar, analisar e minimizar os riscos associados a um processo licitatório, de modo a garantir o sucesso da contratação pública.

O mapa de riscos deve abranger todos os possíveis riscos envolvidos nas três fases de uma contratação pública: planejamento, seleção do fornecedor e gestão do contrato.

Conforme § 2º, do art 4º do Decreto, a elaboração do Mapa de Riscos será dispensada na hipótese do inciso III, art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, será facultada nas contratações que envolvam objeto de baixo valor, compreendidas aquelas nos limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou baixa complexidade, desde que alguma dessas condições seja justificadamente atestada nos autos da instrução processual.

Processo Administrativo 019.000367/2025-91	
Assunto Aquisição de 3 (três) caminhões sendo 2 (dois) hidrojetos e 1 (um) varredeira.	Data 24/09/2025

1. Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedor

ETAPA: Formalização dos documentos da fase preparatória (DFD, ETP e TR)									
Identificação do Risco			Análise de Risco			Resposta ao Risco			
Risco ₁	Causa ₂	Consequência ₃	Probabilidade	Impacto	Resultado da Análise	Ação Preventiva ₄	Responsável ₅	Ação de Contingência ₆	Responsável ₇
Justificativa incompleta ou desalinhada ao convênio	Falta de informações técnicas ou normativas no DFD	Indeferimento da demanda ou necessidade de refazer documento	Baixa	Alto	Médio	Revisão por equipe técnica e alinhamento com ETP	Departamento de Serviços e Limpeza Pública - DSLPP	Complementar o ETP com informações faltantes	Responsável do ETP
Falha na descrição	Não consulta aos setores	Compra de	Baixa	Alto	Médio	Validar ETP com usuário	Equipe de	Ajustar ETP e adequar	Responsável

dos requisitos técnicos	operacionais e normas aplicáveis	equipamento inadequado	a	o	io	s finais e base normativa	Planejamento	especificações antes do TR	el do ETP
Omissão de cláusulas essenciais (prazo, garantia, penalidades, etc)	Falta de checklist e revisão jurídica	Risco de prejuízo contratual e dificuldades na execução	Médi a	Alt o	Alto	Utilizar modelo padronizado e revisão pela PGM	Coordenação de Licitações	Retificar edital ou contrato antes da assinatura	Responsável pelo ETP e TR

ETAPA: Levantamento de Mercado e estimativa de preços

Identificação do Risco			Análise de Risco			Resposta ao Risco			
Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Resultado da Análise	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Pesquisa de preços defasada ou com poucos fornecedores	Longo intervalo entre cotação e publicação	Licitação deserta ou valores acima do mercado	Médi a	Alt o	Alto	Atualizar pesquisa próxima à publicação do edital	Setor de Compras	Solicitar novas cotações e readequar orçamento	SMCL / Setor de Cotações

ETAPA: Julgamento e habilitação

Identificação do Risco			Análise de Risco			Resposta ao Risco			
Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Resultado da Análise	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Ausência de interessados (licitação deserta)	Especificações muito restritivas ou preço estimado defasado	Necessidade de republicação e atraso no cronograma	Baixa	Alto	Médio	Ampla divulgação e compatibilização de requisitos com o mercado	Pregoeiro (a)	Adequar especificações ou estimativa de preços e republicar	Setor Demandante junto a SMCL/Pregoeiro

1. Listar os principais riscos que podem afetar o sucesso da contratação. São eventos incertos que podem impactar negativamente no atingimento dos objetivos da licitação, por exemplo: Especificação deficiente da demanda, Descumprimento de formalidade legal, Estudos preliminares deficientes, Falha na elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.
2. Descrever fator ou conjunto de fatores que desencadeiam um evento ou situação, visando o entendimento da razão de um risco específico ocorrer.
3. Descrever fator ou conjunto de fatores que desencadeiam um evento ou situação, visando o entendimento da razão de um risco específico ocorrer.
4. Indicar a medida tomada antecipadamente para evitar que o evento adverso ocorra. Essas ações são implementadas com base na identificação de causas e probabilidades e são projetadas para reduzir a probabilidade de ocorrência de um risco.
5. Indicar o responsável pela adoção da ação preventiva. Pode ser cargo, equipe ou Setor.
6. Indicar a medida planejada para ser executada caso um evento adverso ocorra. Essas ações são implementadas com base na avaliação das consequências e são projetadas para mitigar ou lidar com os impactos negativos caso o risco se concretize.
7. Indicar o responsável pela adoção da ação de contingência. Pode ser, equipe ou setor.

2. Gestão Contratual

ETAPA: Execução e entrega									
Identificação do Risco			Análise de Risco			Resposta ao Risco			
Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Resultado da Análise	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Fornecedor não comprovar habilitação	Problemas de produção ou logística do fornecedor	Impacto no cronograma de serviços de limpeza urbana	Média	Alto	Alto	Exigir cronograma detalhado e cláusulas de penalidade no contrato	Fiscal do Contrato	Aplicar multa e reprogramar ações operacionais	Fiscal do Contrato

ETAPA: Garantia e assistência técnica									
Identificação do Risco			Análise de Risco			Resposta ao Risco			
Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Resultado da Análise	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Inexistência ou falha no atendimento da garantia	Rede autorizada insuficiente ou indisponível	Impossibilidade de reparo rápido e interrupção dos serviços	Baixa	Alto	Médio	Exigir comprovação de rede autorizada em Porto Velho (art. 40, §4º, Lei 14.133/21)	Fiscal do Contrato	Acionar fabricante diretamente e buscar solução emergencial	Fiscal do Contrato

8. Liste os principais riscos que podem afetar o sucesso da contratação, por exemplo: Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade; Execução em desacordo com o contrato; descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS; não retenção dos valores dos impostos, encargos patronais e da conta vinculada; e Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa

3. Diretrizes para Preenchimento do Mapa de Risco

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, fazem parte da etapa de preparação do processo de licitação a análise dos possíveis riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual. Os riscos inerentes à contratação pretendida devem ser identificados, analisados, gerenciados, supervisionados e comunicados no devido processo administrativo, por meio de um documento chamado Mapa de Riscos.

Essa abordagem metodológica deve ser aplicada durante as fases de planejamento, escolha do fornecedor e gestão do contrato, e deve ser revisada periodicamente enquanto o contrato estiver em vigor. Na revisão, é importante verificar a eficácia dos controles implementados, identificar novos riscos e determinar se houve uma diminuição do nível de risco para um patamar aceitável, a fim de ajustar o tratamento dos riscos, caso seja necessário. Para elaboração do Mapa de Riscos, de acordo com os riscos inerentes identificados, deverão ser observados os critérios abaixo relacionados.

Escala Qualitativa de Probabilidade		Escala Qualitativa de Impacto	
Probabilidade	Significado	Impacto	Significado

Muito baixa	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	Muito baixo	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade)
Baixa	Rara. De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	Baixo	Pequeno impacto nos objetivos (idem)
Média	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	Médio	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	Alto	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão.
Muito alta	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.	Muito alto	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível

Resultado da Análise de Risco						
Impacto	Muito alto	Médio	Médio	Alto	Extremo	Extremo
	Alto	Baixo	Médio	Alto	Alto	Extremo
	Médio	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio
	Muito baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
	Muito Baixa		Baixa	Média	Alta	Muito alta
	Probabilidade					



Documento assinado eletronicamente por **Mikael Marques Cruz, Assessor(a)**, em 26/09/2025, às 13:08, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Eduardo Carvalho da Silva, Assessor(a)**, em 26/09/2025, às 13:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Gentil Gomes de Castro Filho, Diretor (a)**, em 26/09/2025, às 13:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0048787** e o código CRC **CB3C79D0**.



019.000367/2025-91	0048787v2
--------------------	-----------



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
Nº0097670/2025 - SEINFRA-GAB/SEINFRA-DEA**

Porto Velho, 14 de outubro de 2025.

Processo Administrativo:019.000297/2025-71

Data do Pedido: 19 de setembro de 2025.

Servidor ou Equipe de Planejamento Responsável pela elaboração do ETP:

Nome: Mikael Marques Cruz	Cadastro:10080229
Cargo: Assessor V	Setor: Departamento Administrativo

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de 3 (três) caminhões sendo 2 (dois) hidrojetos e 1 (um) varredeira, descrição detalhada no Anexo(0035487).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A pretensa contratação refere-se à aquisição de equipamentos pesados (caminhão varredeira e caminhão hidrojato), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, e dar-se à por integração entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional com o Município de Porto Velho, para celebrar o Termo de Convênio nº 947459/2023.

Esta contratação visa atender à necessidade de modernização e otimização dos serviços de limpeza urbana e saneamento básico, alinhando-se às exigências legais, orçamentárias e de eficiência na utilização dos recursos públicos.

2.2. À SEINFRA tem como função principal a execução de serviços essenciais e de interesse público, incluindo realização da limpeza manual e raspagem das sarjetas com o uso de vassouras, pás, enxadas, roçadeiras, sopradores e outros equipamentos manuais, a limpeza manual de espaços públicos, com recolhimento de resíduos, utilizando vassouras, pás, enxadas, carrinhos de mão, roçadeiras e implementos similares, abrangendo toda a estrutura dos pontos, independentemente de sua extensão. Esses serviços, realizados através de mutirões, têm o objetivo de garantir a conservação e manutenção dos espaços públicos, de forma a atender ao interesse coletivo e promover um ambiente urbano mais limpo e seguro. A continuidade desses serviços é imprescindível, pois sua interrupção causaria prejuízos diretos ao Município.

2.3. Dessa forma, justifica-se a necessidade de aquisição de equipamentos que auxiliarão na execução eficaz dessas tarefas essenciais, garantindo a continuidade dos serviços e a melhoria da infraestrutura urbana, e os serviços de limpeza nas cidades estão em constante demanda, especialmente em áreas de grande movimentação e circulação, como ruas, avenidas e espaços públicos. Garantindo assim aumento na eficiência operacional nos serviços de limpeza urbana, atendendo à crescente demanda devido à expansão urbana e ao aumento populacional, uma vez que esses equipamentos especializados proporcionam maior durabilidade, reduzem os custos operacionais a longo prazo e melhoram a qualidade dos serviços, oferecendo uma limpeza mais eficaz e segura, com menor risco de acidentes tanto para os trabalhadores quanto para a população. Além disso, garantem uma cidade mais limpa e organizada, contribuindo para o bem-estar da comunidade.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os produtos que integram a solução buscada, consiste em fornecimento de bens que devem ser descritos de modo a atender as **especificações técnicas e de desempenho, condições de manutenção, assistência**

técnica e de garantia, homenageando a qualidade e a melhor relação custo-benefício.

3.2. Ainda em busca da citada qualidade, em sendo o caso, importante se faz (além do atendimento das normas técnicas de estilo) comprovar (por certificações) a falada qualidade do produto, por entidade oficial competente, sem prejuízo de carta de solidariedade (se o caso) emitida pelo fabricante em caso de licitante distribuidor ou revendedor

3.3. DA SUSTENTABILIDADE: A empresa a ser contratada deverá adotar princípios sustentáveis em sua cadeia de produção e fornecimento, visando o atendimento das exigências contidas na legislação federal e em consonância com os princípios de responsabilidade socioambiental que norteiam este município. Sendo assim, deverão ser incluídas as seguintes obrigações no Termo de Referência, na qualidade de requisitos sustentáveis, para a empresa contratada:

a) Adotar práticas que reduzam a poluição e minimize o desperdício de recursos, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010;

b) Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água

c) O veículo deve possuir nível de emissão de poluentes (ambiental e sonora) dentro dos limites do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), que autoriza a sua comercialização, conforme Resolução Conama nº 18, de 6 de maio de 1986, combinada com a Resolução Conama 490, de 16 de novembro de 2018.

3.4. DA GARANTIA: O produto precisa atender aos seguintes requisitos:

3.4.1. Os veículos devem ser entregues completos: com todos os implementos já instalados

3.4.2. O veículo deve ser de fabricação nacional ou que seja produzido no Mercosul, classificado pelo art.96 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997) e pela Resolução CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito - n. 882, de 13 de dezembro de 2021 e alterações, como caminhão (veículo automotor de transporte de carga).

3.4.3. Considerando o que preceitua a Lei nº 14.133, Artº 40, §4, o fabricante do veículo deverá possuir rede de assistência técnica autorizada em Porto Velho/RO, a fim de permitir a adequada utilização da garantia, ou para assegurar a execução de eventuais manutenções corretivas

3.5. DO RECEBIMENTO: Prazo para recebimento provisório e definitivo, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

3.5.1 O recebimento e aceitação dos materiais serão observados as especificações contidas neste termo de referência e no posterior edital e as disposições contidas no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, ficando seu **recebimento atrelado à Comissão de Recebimento de Bens Materiais e Serviços da SEINFRA;**

3.5.2 Expedida a Autorização de Fornecimento e/ou Executado o contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado à observância das normas contidas no art. 25, c/c o art. 140, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e **alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob a responsabilidade de Servidor e /ou Comissão de Recebimento, que fará a conferência da quantidade e qualidade dos materiais entregues.**

3.6. Os veículos deverão ser entregues no endereço: R. Aparício Moraes, 3186 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-240, em dias úteis, no horário de 8:00h até 13h.

3.7. O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento definitivo do objeto com 30 dias úteis.

3.8. Prazo de execução do objeto: Considerando as características do bem, estima-se o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos para a entrega, podendo ser previamente autorizado; assim sugere-se a formalização do acordo por meio de contrato.

3.9. A forma de medição para efeito de pagamento será mediante a entrega do bem de acordo com as especificações.

3.10. É vedado à contratada e/ou a empresa licitante vencedora, subcontratar total ou parcialmente o referido objeto da aquisição, sem autorização expressa da Administração contratante

3.11. As condições de julgamento das propostas, bem como critérios de qualificação técnica serão dispostas no TR.

3.12. Exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e os critérios de qualificação econômico-financeira serão conforme a legislação e constarão no Edital.

3.13. Demais obrigações específicas da Contratada serão detalhadas no Termo de Referência.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;

4.2. A pesquisa de preços foi realizada junto a fornecedores especializados em equipamentos de limpeza urbana, fabricantes e distribuidores de caminhões, hidrojato e varredeiras. Foram coletadas cotações de empresas reconhecidas no mercado e com experiência comprovada no fornecimento de equipamentos para o setor público.

4.3. As especificações dos equipamentos foram analisadas para garantir que **atendem às necessidades operacionais da SEINFRA.**

4.4. Foi realizada pesquisa em portais de compras públicas, como o Comprasnet, e em outros sistemas estaduais ou municipais, com o intuito de verificar os preços praticados em aquisições semelhantes realizadas por outros órgãos públicos. As informações obtidas indicam a média de preços para os equipamentos

mencionados, com base em licitações passadas, e permitem comparar as cotações com os valores praticados no mercado. A pesquisa incluiu a consulta a dois fornecedores locais, buscando identificar os valores praticados no mercado e as condições técnicas oferecidas pelas empresas.

4.5. Com base nesse cenário, bem como o perfil da necessidade pública, resta evidenciado uma contratação significativamente comum no âmbito da administração pública.

4.6. Visando a prospecção e análise das alternativas possíveis para atender a demanda, observa-se duas possíveis soluções, cuja análise consta a seguir:

4.6.1. SOLUÇÃO 1 – Locação dos Veículos

Vantagens: Não há ônus da manutenção, da assistência técnica e dos riscos de utilização. Em caso de problemas o locador efetiva a substituição do bem.

Desvantagens: O aluguel deste tipos de veículos pesados é uma solução para as necessidades temporárias, o que não é o caso, cuja utilização será de forma permanente; Com a utilização permanente o custo da locação superaria o de depreciação dos bens, por exemplo, tornando o aluguel inviável. Logo esta solução não atende as necessidades da Administração.

4.6.2. SOLUÇÃO 2 – Aquisição dos Veículos

Vantagens: Suprir necessidade da Administração; Demanda para utilização permanente; Atende às especificações do Convênio.

Desvantagens: Custos de manutenção e depreciação, Descontinuação ao final da vida útil, entretanto, estes custos são absorvidos de forma gradual ao longo do tempo. Considerando os aspectos mencionados, afere-se que esta solução atende a demanda.

4.6.3. SOLUÇÃO 3 - Adesão(carona).

Vantagens: Maior celeridade processual , menor uso das secretarias responsáveis.

Desvantagens: Menor segurança, adaptação ao edital de outro órgão, especificação pode ser errônea

4.7. Portanto, a solução a ser encaminhada é aquisição do caminhão varredeira e do caminhão de hidrojateamento – Solução 2, cuja característica eventual da demanda sugere a realização de pregão eletrônico para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de veículos novos, seguindo as diretrizes que remetem tal aquisição, que é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A solução escolhida consiste na aquisição de 02 (dois) caminhões de hidrojateamento – tipo Tatuzão – e 01 (um) caminhão varredeira mecânica, como resposta à demanda permanente da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA – na execução de atividades de limpeza urbana, manutenção da infraestrutura de drenagem e atendimento ao Plano de Aplicação do Convênio nº 947459/2023 firmado com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

5.2 A opção pela aquisição direta, em detrimento à locação, mostra-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e funcional, considerando os seguintes pontos:

- a) Uso permanente dos veículos, o que tornaria a locação financeiramente desvantajosa a médio prazo;
- b) Maior disponibilidade operacional e independência da administração em relação a prestadores terceirizados;
- c) Atendimento às especificações do convênio federal, que exige a aquisição dos bens para repasse dos recursos;
- d) Redução de custos com manutenções corretivas emergenciais, dado que os veículos serão entregues novos e com garantia de fábrica;
- e) Otimização dos recursos humanos e materiais, pois a execução será feita com equipe própria, gerando economia.
- f) Garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme proposta apresentada, com cobertura de peças e sistemas principais;
- g) Assistência técnica autorizada no município de Porto Velho, conforme exigência do art. 40, §4º da Lei nº 14.133/2021;
- h) Manutenção preventiva e corretiva conforme manual do fabricante;
- i) Entrega com frete incluso, em até 90 dias, diretamente no endereço da SEINFRA

5.3 Todos os veículos deverão ser 0 km (zero quilômetro), fabricados no Brasil ou Mercosul, equipados com os implementos completos e em plena condição de operação no ato do recebimento.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

6.1 A quantidade total demandada é de 3 (três) veículos pesados, sendo eles:

ITEM	QUANTI DADE
Veículo Tipo Caminhão truck 6 x 4, com Equipamento Misto Simultâneo de Alta	

<p>Sucção e Hidrojateamento De Alta Pressão, Tipo “Vac All/Pressão” Especificações:</p> <p>Veículo-Chassi - Configuração: Caminhão 6×4, zero quilômetro, cabine metálica avançada com suspensão pneumática. Motor: Diesel, mínimo 5–6 cilindros, potência de 260 cv. Transmissão: Manual ou automatizada, com mínimo de 6 marchas à frente + 1 ré (até 10 marchas). Direção: Hidráulica, regulável. Conforto: Ar-condicionado, porta-luvas, compartimentos para objetos, quebra-sol externo e alarme sonoro de marcha-ré. Tanque de combustível: Capacidade mínima de 275 litros. PBT: Homologado para : 23.000 kg.</p> <p>Tanque/Reservatório - Formato: Cilíndrico ou torisférico, em aço carbono SAE 1020. Espessura mínima: 3/16” (4,76 mm), com reforços em cintas de viga “U” (3,17 mm) e quebra-ondas internas. Capacidade total: 10.000 L (6.000 L detritos + 4.000 L água). Observação: o mercado também adota variações de 15.000 L (10.000 detritos + 5.000 água). Acabamento interno: Epóxi para compartimento de água, garantindo proteção contra corrosão e contaminação.</p> <p>Sistema Hidrojato - Acionamento: Via TDF (tomada de força) do caminhão, com polias trapezoidais e correias sincronizadoras (padrão robusto e de baixo custo). Faixa de operação: Desobstrução: 100–400 L/min, 100–350 bar. Limpezas pesadas (super/hiper alta pressão): 750–2.800 bar via skid especial.</p> <p>Componentes Auxiliares - Carretel bandeira: Capacidade: ~120 m de mangueira de alta pressão (¾” ou 1”). Operação: Hidráulica (preferencial), com controle de velocidade, sentido de rotação, painel traseiro e trava de posição.</p> <p>Carretel auxiliar: ~120 m de mangueira de alta pressão (¾” ou 1”), geralmente com acionamento hidráulico.</p> <p>Mangueira: Termoplástica laranja, pressão de trabalho 210–300 bar, conexões NPT macho.</p> <p>Bico de desobstrução (“bala”): Configuração: 1 furo frontal + 4–5 traseiros a ~35°, com efeito propulsor. Material: aço carbono ou inox.</p> <p>Sistema de Vácuo (quando combinado) - Tipos de bomba: Anel líquido: fluxo de 12–14 m³/min, mangueira de 3”. Lóbulos: até 18–27 m³/min, mangueira de 4”. Tanque de resíduos: capacidade típica até 20 m³.</p> <p>Manutenção e Operação - Inspeção diária de mangueiras, conexões e bico de desobstrução. Checagem regular da tensão das correias e reposição acessível. Bombas triplex: vida útil estimada >10.000 horas com manutenção adequada. Bico “bala”: limpeza após uso; substituição preventiva reduz esforço operacional em até 40%;</p>	2
<p>Veículo Tipo Caminhão 4 x 2 Equipado Com Varredeira Mecânica – Especificações:</p> <p>Veículo-Chassi: Caminhão 4×2, de primeiro uso, 0 km, cor branca. Motor: mínimo 4 cilindros, potência mínima 200 cv. Transmissão: mínimo de 6 marchas à frente + 1 ré. Direção: hidráulica. Conforto: ar-condicionado. Peso Bruto Total (PBT): mínimo 16.000 kg. Carga útil + carroceria: mínimo 10.500 kg. Tanque de combustível: capacidade mínima de 275 litros. Caçamba – Capacidade: 6–8 m³, em aço inox ou aço carbono com revestimento epóxi.</p> <p>Sistema: basculante com mecanismos ergonômicos para facilitar a operação e o descarte.</p> <p>Tanque de Água e Recirculação – Capacidade: 1.500–2.500 L. Sistema: recirculação para otimizar consumo e operação contínua.</p> <p>Faixa de Varrição e Supressão de Poeira – Faixa útil de varrição: 3.500–3.700 mm. Supressão de poeira: por bicos integrados às escovas e, se possível, turbina de sucção e sistema de jatos.</p> <p>Sistemas de Controle – Monitoramento em painel.</p> <p>Controle remoto sem fio para comandos principais. Alertas visuais e sonoros.</p> <p>Dados exportáveis (USB). Segurança e Manutenção – Iluminação LED para operação noturna.</p> <p>Trava de segurança nas inspeções. Baixa manutenção, engrenagens sem correias;</p>	1

6.2.A quantidade de equipamentos estabelecida foi definida com base nas necessidades operacionais da

SEINFRA, levando em consideração a dimensão da área a ser atendida, o volume de serviços a serem executados e a capacidade técnica dos equipamentos para realizar as tarefas de forma eficiente. A SEINFRA identificou a demanda crescente por serviços de limpeza urbana e manutenção da infraestrutura, especialmente em relação à limpeza de galerias pluviais e vias públicas, que exigem equipamentos especializados para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população. Os veículos atenderão adequadamente essas necessidades, proporcionando maior agilidade e eficácia nas operações, garantindo a melhoria contínua dos serviços públicos de limpeza e drenagem urbana.

6.3. A justificativa para a quantidade solicitada baseia-se no que fora previamente Aprovado no Plano de Aplicação do Termo de Convênio nº 947459/2023 firmado entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Município de Porto Velho. O convênio especifica expressamente a quantidade de equipamentos a ser adquirida, o que visa atender às necessidades de limpeza urbana e manutenção da infraestrutura pública de forma eficiente e eficaz.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 Para a estimativa do valor da contratação, foi realizada pesquisa de preços junto ao mercado, sendo utilizada como base a cotação formal conforme Anexo I, II e III.

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUA NT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO DE HIDROJATEAMENTO - TATUZÃO	UNIDADE	2	R\$ 1.510.444, 44	R\$ 3.020.888 ,88
2	CAMINHÃO VARREDEIRA	UNIDADE	1	R\$ 2.930.000, 00	R\$ 2.930.000 ,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 5.950.888 ,88

7.2.As cotações utilizadas encontram-se anexas a este estudo, e foram obtidas com data de validade de 30 (trinta) dias, contendo a descrição técnica detalhada dos itens ofertados, bem como condições de entrega e garantia. A estimativa de preços considera frete incluso, assistência técnica regional e garantia de 12 (doze) meses, estando em conformidade com os padrões de mercado e com as necessidades da Administração Pública Municipal.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1.A contratação ora proposta é composta por itens tecnicamente distintos e com características de comercialização independentes no mercado, razão pela qual o objeto é considerado divisível, sendo plenamente viável o parcelamento da licitação por item.

8.2. Cada item possui especificações técnicas próprias, finalidades operacionais distintas e pode ser adquirido de forma autônoma, sem que isso comprometa o desempenho do conjunto da solução. Trata-se de equipamentos comercializados separadamente no mercado, por diferentes fabricantes ou distribuidores especializados, o que reforça a viabilidade técnica do parcelamento.

8.3. A licitação será realizada de forma parcelada, por item, conforme as diretrizes legais, visando propiciar maior economicidade, eficiência e participação do maior número possível de licitantes.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Para a completa execução do objeto principal, não há, até o momento, necessidade identificada de contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas à aquisição.

9.2. Caso, no decorrer da execução contratual, sejam identificadas necessidades adicionais (como aquisição de equipamentos de apoio, peças sobressalentes ou treinamentos complementares), tais providências serão

planejadas e adotadas em tempo hábil, com o devido registro no mapa de riscos e no cronograma da unidade requisitante, a fim de mitigar qualquer impacto à efetividade da contratação principal.

9.3. Portanto, neste momento, não há contratações correlatas ou interdependentes previstas como condição para o pleno funcionamento dos bens adquiridos, sendo o ambiente organizacional e operacional da Administração compatível com a execução imediata do objeto contratado.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

(x) Sim, informar o ID do PCA : E-doc [95153ABD-e](#)(SISTEMA E-PMPV)

() Não, justificar _____

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Com a presente contratação, a Administração pretende alcançar uma série de benefícios diretos, entre os quais destacam-se a melhoria da eficiência operacional dos serviços de limpeza urbana e manutenção da infraestrutura de drenagem, com ampliação da capacidade de resposta das equipes da SEINFRA. A aquisição dos veículos permitirá a substituição de métodos manuais por soluções mecanizadas, promovendo maior produtividade, segurança e ergonomia para os servidores, além de reduzir os custos com serviços terceirizados.

11.2. Do ponto de vista econômico, a solução apresenta-se como vantajosa por tratar-se de um investimento com retorno a médio e longo prazo, evitando despesas recorrentes com locações e manutenções emergenciais.

11.3 Entre os benefícios indiretos, destacam-se a melhoria da saúde pública, a valorização dos espaços urbanos e o fortalecimento da imagem institucional da Prefeitura, por meio da modernização da frota e da execução técnica qualificada dos serviços. A aquisição também está em consonância com os objetivos do Convênio nº 947459/2023, promovendo a boa aplicação dos recursos federais destinados ao município.

11.4. A contratação viabiliza ainda a definição de indicadores objetivos de desempenho, como tempo médio de resposta das equipes, número de bairros atendidos por semana, redução de chamados relacionados a alagamentos, custo operacional por quilômetro limpo e índice de satisfação da população com os serviços prestados. Dessa forma, contribui para o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração adotará as providências necessárias para assegurar o adequado acompanhamento da execução contratual, incluindo a designação formal de servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Os fiscais designados serão capacitados quanto às especificações técnicas dos equipamentos, aos prazos contratuais e às obrigações da contratada, a fim de garantir a execução eficiente e o controle da conformidade dos bens fornecidos.

12.2. A SEINFRA promoverá também a adequação do ambiente físico e operacional para o recebimento dos veículos, bem como o planejamento da alocação de equipes operacionais e motoristas para o uso imediato dos equipamentos, após a entrega definitiva. Os servidores que operarão os veículos receberão instruções técnicas e treinamento específico, podendo contar com suporte técnico do fabricante ou revendedor no momento da entrega.

12.3. Até o momento, não há contrato vigente com objeto idêntico no âmbito da SEINFRA que exija transição contratual. No entanto, caso se verifique necessidade de apoio técnico por parte da contratada, esta deverá prestar as orientações necessárias quanto ao funcionamento e manutenção dos equipamentos adquiridos, garantindo a transferência de conhecimento e a adequada operação por parte da Administração.

12.4. Tais providências são essenciais para assegurar que a contratada alcance seus objetivos com eficiência, qualidade e economicidade, promovendo o uso pleno dos recursos públicos e a entrega dos resultados esperados à população.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

3.1. A contratação pretendida possui impactos ambientais potenciais relacionados principalmente à emissão de poluentes atmosféricos e ao consumo de combustíveis fósseis, comuns à operação de veículos automotores de grande porte.

13.2. Para mitigar tais impactos, os veículos a serem adquiridos deverão atender aos padrões do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), conforme exigido na Resolução Conama nº 490/2018, garantindo níveis reduzidos de emissões de gases e poluição sonora. Tal requisito será incluído no Termo de Referência como condição técnica obrigatória.

13.3. Quanto ao desfazimento futuro dos bens, a Administração observará as diretrizes da logística reversa, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), promovendo o encaminhamento adequado para reciclagem ou descarte ambientalmente correto, quando os veículos atingirem o fim de sua vida útil.

13.4. Dessa forma, a contratação incorpora medidas preventivas e mitigadoras que reduzem os impactos ambientais da aquisição e operação dos equipamentos, promovendo responsabilidade socioambiental e o uso racional dos recursos públicos.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA SOLUÇÃO

14.1. Com base na análise detalhada realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação proposta é totalmente VIÁVEL, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, sendo adequada ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA

14.2. A solução adotada está alinhada ao planejamento institucional, às diretrizes do Plano de Contratações Anual e às exigências do Convênio nº 947459/2023, firmado com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Além disso, respeita os princípios da economicidade, eficiência, legalidade, sustentabilidade e interesse público, estando devidamente embasada em levantamento de mercado, justificativas técnicas e critérios de vantajosidade.

14.3. Dessa forma, a aquisição dos veículos é recomendada como medida necessária, eficaz e oportuna, capaz de atender plenamente às demandas da Administração e gerar resultados concretos na prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manutenção da infraestrutura.

Porto Velho, 24 de setembro de 2025.

Responsável(eis) pela Elaboração:
MIKAEL MARQUES CRUZ
Assessor V
1007720

Responsável(eis) pela Elaboração:
Neiva Graciela Fiorese Sottomayor
Diretora Executiva - DEA

Aprovação da Autoridade Competente
Thiago Felipe Cantanhede Pacheco
Secretario Municipal de Infraestrutura - SEINFRA



Documento assinado eletronicamente por **Neiva Graciela Fiorese Sottomayor, Diretor (a)**, em 30/10/2025, às 10:58, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Mikael Marques Cruz, Assessor(a)**, em 30/10/2025, às 11:31, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Felipe Cantanhede Pacheco, Secretário (a)**, em 04/11/2025, às 09:24, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Eduardo Carvalho da Silva, Assessor(a)**, em 04/11/2025, às 12:39, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Gentil Gomes de Castro Filho, Diretor (a)**, em 04/11/2025, às 12:40, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0097670** e o código CRC **D3D06215**.



019.000200/2025-20	0026274v1
--------------------	-----------

ANÁLISE DE DESVIO PADRÃO

ITEM	MANUPA	IVECO	ECOVAC	PNCP			MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEF. VARIAÇÃO	SITUAÇÃO
1	R\$ 1.550.000,00	R\$ 1.150.000,00	R\$ 440.000,00	NC	R\$ 1.383.541,67	NC	R\$ 1.130.885,42	423432,47	37%	INVIÁVEL
2	R\$ 2.480.000,00	R\$ 922.000,00	NC	R\$ 1.578.750,00	NC	R\$ 1.740.000,00	R\$ 1.680.187,50	554169,52	33%	INVIÁVEL
										ATÉ 25%
										VIÁVEL
										MAIOR QUE 25%
										INVIÁVEL



ITEM	MANUPA	IVECO	ECOVAC	PNCP			MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEF. VARIAÇÃO	SITUAÇÃO
1	R\$ 1.550.000,00	R\$ 1.150.000,00	***	NC	R\$ 1.383.541,67	NC	R\$ 1.361.180,56	164063,03	12%	VIÁVEL
2	R\$ 2.480.000,00	***	NC	R\$ 1.578.750,00	NC	R\$ 1.740.000,00	R\$ 1.932.916,67	392407,54	20%	VIÁVEL
									ATÉ 25%	VIÁVEL
									MAIOR QUE 25%	INVIÁVEL



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019.000367/2025-91
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MANUPA	IVECO	ECOVAC	PNCP			PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	<p>Veículo Tipo Caminhão truck 6 x 4, com Equipamento Misto Simultâneo de Alta Sucção e Hidrojateamento De Alta Pressão, Tipo "Vac All/Pressão"</p> <p>Especificações: Veículo-Chassi - Configuração: Caminhão 6x4, zero quilômetro, cabine metálica avançada com suspensão pneumática. Motor: Diesel, mínimo 5–6 cilindros, potência de 260 cv. Transmissão: Manual ou automatizada, com mínimo de 6 marchas à frente + 1 ré (até 10 marchas). Direção: Hidráulica, regulável. Conforto: Ar-condicionado, porta-luvas, compartimentos para objetos, quebra-sol externo e alarme sonoro de marcha-ré. Tanque de combustível: Capacidade mínima de 275 litros. PBT: Homologado para ≥ 23.000 kg. Tanque/Reservatório - Formato: Cilíndrico ou torisférico, em aço carbono SAE 1020. Espessura mínima: 3/16" (=4,76 mm), com reforços em cintas de viga "U" (=3,17 mm) e quebra-ondas internas. Capacidade total: 10.000 L (6.000 L detritos + 4.000 L água). Observação: o mercado também adota variações de 15.000 L (10.000 detritos + 5.000 água). Acabamento interno: Epóxi para compartimento de água, garantindo proteção contra corrosão e contaminação. Sistema Hidrojato - Acionamento: Via TDF (tomada de força) do caminhão, com polias trapezoidais e correias sincronizadoras (padrão robusto e de baixo custo). Faixa de operação: Desobstrução: 100–400 L/min, 100–350 bar. Limpezas pesadas (super/hiper alta pressão): 750–2.800 bar via skid especial.</p> <p>Mais informações no Termo de Referência</p>	UND	2	R\$ 1.550.000,00	R\$ 1.150.000,00	***	NC	R\$ 1.383.541,67	NC	R\$ 1.361.180,56	R\$ 2.722.361,12
2	<p>Veículo Tipo Caminhão 4 x 2 Equipado Com Varredeira Mecânica</p> <p>Especificações: Veículo-Chassi: Caminhão 4x2, de primeiro uso, 0 km, cor branca. Motor: mínimo 4 cilindros, potência mínima 200 cv. Transmissão: mínimo de 6 marchas à frente + 1 ré. Direção: hidráulica. Conforto: ar-condicionado. Peso Bruto Total (PBT): mínimo 16.000 kg. Carga útil + carroceria: mínimo 10.500 kg. Tanque de combustível: capacidade mínima de 275 litros. Caçamba – Capacidade: 6–8 m³, em aço inox ou aço carbono com revestimento epóxi. Sistema: basculante com mecanismos ergonômicos para facilitar a operação e o descarte. Tanque de Água e Recirculação – Capacidade: 1.500–2.500 L. Sistema: recirculação para otimizar consumo e operação contínua. Faixa de Varrição e Supressão de Poeira – Faixa útil de varrição: 3.500–3.700 mm. Supressão de poeira: por bicos integrados às escovas e, se possível, turbina de sucção e sistema de jatos. Sistemas de Controle – Monitoramento em painel. Controle remoto sem fio para comandos principais. Alertas visuais e sonoros. Dados exportáveis (USB). Segurança e Manutenção – Iluminação LED para operação noturna. Trava de segurança nas inspeções. Baixa manutenção, engrenagens sem correias;</p>	UND	1	R\$ 2.480.000,00	***	NC	R\$ 1.578.750,00	NC	R\$ 1.740.000,00	R\$ 1.932.916,67	R\$ 1.932.916,67
VALOR TOTAL:											R\$ 4.655.277,79
Notas Explicativas:											

- 1) ** Valores retirados do quadro estimativo de preços por apresentarem distorção relevante em relação à média.
- 2) Atesto para os devidos fins que as empresas pertencem ao ramo de atividade e estão com preços compatíveis com os praticados no mercado.
- 3) Importa o valor estimado para contratação em R\$ 4.655.277,79 (Quatro milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos).

GIOVANNA MARQUES FIGUEIREDO
ASSESSORA – DPM

MARIA HELENA MELO DA GAMA.
DIRETORA DPM





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Av. Sete de Setembro, 1044 - Bairro Centro - CEP 76801097 - Porto Velho - RO - <https://pgm.portovelho.ro.gov.br/>

PARECER PGM - PGM-GAB/PGM-SPACC

PARECER N.º: 210/SPACC/PGM/2026

PROCESSO N.º: 019.000367/2025-91

ORIGEM: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA

ASSUNTO: Análise Preliminar – licitação na modalidade pregão, para ampla concorrência, cotas de 25% e para participação exclusiva de ME e EPP, para a aquisição de dois Caminhões Hidrojato e um Varredeira.

Senhor Superintendente,

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Subprocuradoria Administrativa de Convênios e Contratos – SPACC, para análise prévia de legalidade, conforme estabelece o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, que tem por objeto a aquisição de dois Caminhões Hidrojato e um Varredeira, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, conforme justificativas, especificações e anexos constantes do Termo de Referência Definitivo n.º 179-SMCL-DGC (ID 0737027) autorizado pelo Ordenador de Despesa.

I – RELATÓRIO

Os presentes autos encontram-se instruídos, dentre outros, com os seguintes documentos, pertinentes à presente análise:

- Documento de Formalização de Demanda – DFD n.º 0035487/2025–SEINFRA-GAB/SEINFRA-SESB/SEINFRA-DSLP, (ID 0035487);
- Comunicação Interna n.º 0043114-SEINFRA-GAB, (ID 0035569);
- Autorização da Despesa n.º 0043114–SEINFRA-GAB, (ID 0043114);
- Estudo Técnico Preliminar – ETP n.º 0048198/2025–SEINFRA-GAB/SEINFRA-DEA, (ID 0048198);
- Cotações de Preços Realizadas pela SEINFRA-DEA, (ID 0048517), (ID 0048526) e (ID 0048536);
- Mapa de Riscos n.º 0048787/2025–SEINFRA-GAB/SEINFRA-DEA, (ID 0048787);
- Termo de Referência n.º 0052059/2025/SEINFRA-DEA, (ID 0052059);
- Despacho n.º 61/SEINFRA-DEA, encaminhamos os presentes autos, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis e decorrentes à demanda indicada, (ID 0053529);
- Despacho n.º 40/SMCL-SEL, encaminhamos os autos a essa setorial, para que proceda a análise quanto à regularidade, conformidade e adequada instrução processual, (ID 0058925);
- Despacho de Análise Processual n.º 50/SMCL-DGC, feitas as considerações, nos limites da análise que nos compete e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, encaminhamos os autos à SEINFRA para realizar os ajustes necessários nos documentos para continuidade do procedimento de contratação. Após realizadas as MODIFICAÇÕES E/OU JUSTIFICATIVAS, no estudo técnico preliminar/ termo de referência, juntar aos autos devidamente assinado pelo Ordenador de Despesas. Informar as alterações em despacho citando os tópicos, assim, facilitando a conferência por este departamento, visando celeridade e otimização de processos de contratação. (ID 0088933);
- Documento de Formalização de Demanda – DFD n.º 0091913/2025–SEINFRA-GAB/SEINFRA-DEA, (ID 0091913);
- Estudo Técnico Preliminar – ETP n.º 0097670/2025–SEINFRA-GAB/SEINFRA-DEA, (ID 0097670);
- Termo de Referência n.º 0052059/2025/SEINFRA-DEA, (ID 0097785);
- Cópia do Convênio TRANSFEREGOV.BR n.º 947459/2023, (ID 0115992);
- Despacho n.º 226/SEINFRA-DEA, encaminhamos os autos à SMCL, em atenção ao Despacho SMCL, (ID 0116081);
- Despacho n.º 118/SMCL-SEL, encaminhamos os autos a essa setorial, para que proceda a análise quanto à regularidade, conformidade e adequada instrução processual, (ID 0164604);
- Despacho n.º 224/SMCL-DGC, encaminhamos os autos para que seja providenciada a devida pesquisa de preços de acordo com a descrição e quantidade, apresentadas no Termo de Referência. Após, retornem os autos a este Departamento de Gestão de Compras, para prosseguimento, (ID 0192724)
- Cotações de Preços Realizadas pelo SMCL-DPM, (ID 0232711);
- Quadros de Análise de Desvio Padrão e Comparativo de Preços Elaborados pelo SMCL-DPM, (ID 0237875);
- Check list – Formulário de Conferência de Procedimentos para Cotação de Preços e Quadro Comparativo, (ID 0233008);
- Despacho n.º 57/SMCL-DPM, concluído o procedimento processual de Cotação de Preços, no uso das atribuições de competência deste Departamento, Quadro Comparativo e check list, devidamente atestados. Deste modo, retorno os autos a este Departamento de Gestão de Compras – DGC, para continuidade dos trâmites processuais, (ID 0237957);

- Termo de Referência Definitivo n.º 138/SMCL/PVH/2025, (ID 0304774);
- Despacho n.º 416/SMCL-DGC, foi realizado a elaboração do Termo de Referência Definitivo, nos limites de competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL, feitas essas considerações, nos limites da análise que nos compete e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, encaminha-se o processo para a SEINFRA. Posterior retornar para o DGC/SMCL para continuidade do procedimento de contratação, (ID 0307097);
- Informativo de Valores – SEINFRA-DEA, considerando a necessidade de formalização do aporte financeiro por parte deste Município. Fica estabelecido que o Município de Porto Velho/RO aportará o percentual de 8% (oito por cento) a título de contrapartida financeira sobre o valor total do investimento, (ID 0490491);
- Controle de Execução Orçamentária CEO n.º 0542014/2026-SEINFRA-GAB/SEINFRA-DEA, (ID 0542014);
- Controle de Execução Orçamentária CEO n.º 0542314/2026-SEINFRA-GAB/SEINFRA-DEA, (ID 0542314);
- Despacho n.º 140/SEINFRA-DEA, encaminhando os óbices para Emissão da Reserva de Saldo, conforme o Controle de Execução Orçamentária CEO, (ID 0543194);
- Nota de Pré Empenho n.º 616/2026, de Responsabilidade do SEMEC-DEXO, (ID 0582851);
- Nota de Pré Empenho n.º 617/2026, de Responsabilidade do SEMEC-DEXO, (ID 0583030);
- Despacho n.º 522/SEMEC-DEXO, remetemos os autos à decisão discricionária dessa Secretaria quanto ao prosseguimento da despesa demandada, (ID 0583573);
- Despacho n.º 186/SEINFRA-DEA, ENCAMINHO os presentes autos para análise e posterior envio ao Departamento de Gestão de Compras, visando a continuidade do certame licitatório e demais providências administrativas de praxe, (ID 0589271);
- Despacho n.º 506/SMCL-SEL, do Secretário Executivo de Gestão de Licitações Em Substituição, Sr. César Augusto Wanderley Oliveira, determinando a elaboração de minuta de edital na modalidade PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA, (ID 0590678);
- Despacho n.º 482/SMCL-DGC, considerando que o presente processo foi devidamente encaminhado para assinatura do Termo de Referência após a realização das cotações de preços. Considerando que, em razão do lapso temporal para devolução do processo a este Departamento, as cotações anteriormente realizadas encontram-se vencidas. Encaminham-se os autos ao Departamento de Pesquisa Mercadológica para que proceda à atualização das cotações de preços, observando-se os parâmetros legais e normativos aplicáveis, a fim de possibilitar o regular prosseguimento do feito. Após, retornem os autos para continuidade dos trâmites, (ID 0591191);
- Cotações de Preços Realizadas pelo SMCL-DPM, (ID 0644563);
- Quadros de Análise de Desvio Padrão e Comparativo de Preços Elaborados pelo SMCL-DPM, (ID 0644568);
- Certidão de Veracidade e Integridade de Informações Pesquisa de Preços e Quadro Comparativo, (ID 0644574);
- Check list – Formulário de Conferência de Procedimentos para Cotação de Preços e Quadro Comparativo, (ID 0644635);
- Despacho n.º 149/SMCL-DPM, concluído o procedimento processual de Cotação de Preços, no uso das atribuições de competência deste Departamento, Quadro Comparativo e check list, devidamente atestados. Deste modo, retorno os autos a este Departamento de Gestão de Compras – DGC, para continuidade dos trâmites processuais, (ID 0644670);
- Despacho n.º 741/SMCL-DGC, devolvam-se os autos ao setor responsável para que sejam promovidos os devidos ajustes, com posterior retorno para prosseguimento do feito, (ID 0723693);
- Cotações de Preços Realizadas pelo SMCL-DPM, (ID 0732254);
- Quadros de Análise de Desvio Padrão e Comparativo de Preços Retificado Elaborados pelo SMCL-DPM, (ID 0736865);
- Certidão de Veracidade e Integridade de Informações Pesquisa de Preços e Quadro Comparativo, (ID 0732262);
- Despacho n.º 184/SMCL-DPM, (ID 0732335);
- Termo de Referência Definitivo – RETIFICADO n.º 138/SMCL/PVH/2025, (ID 0737027);
- Despacho n.º 758/SMCL-DGC, encaminha-se o presente processo, que tem por objeto a Aquisição de dois Caminhões Hidrojato e uma Varredeira, demandado pela SEINFRA, para análise e providências, (ID 0737604);
- Despacho n.º 401/SEINFRA-DEA, encaminhamos o presente processo à SMCL/DGC para que seja dado prosseguimento aos trâmites de elaboração do edital e demais fases do certame licitatório, (ID 0741676);
- Despacho n.º 884/SMCL-SEL, do Secretário Executivo de Gestão de Licitações Em Substituição, Sr. César Augusto Wanderley Oliveira, determinando a elaboração de minuta de edital na modalidade PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA, (ID 0744488);
- Minuta de Edital e seus Anexos, (ID 0761843);
- Despacho n.º 841/SMCL-DGC, encaminhamos os autos para elaboração da Justificativa dos Índices Financeiros. Após, retornem os autos a este Departamento de Gestão de Compras para prosseguimento, (ID 0783793);
- Parecer n.º 91/SMCL-ASC, conclui-se, que, o item referente à qualificação econômico-financeira no instrumento convocatório, encontra-se em conformidade para publicação em certame licitatório, (ID 0784250);
- Check List -
- Lista de Verificação da Fase Preparatória da Licitação, (ID 0784359);
- Despacho n.º 848/SMCL-DGC, encaminhamos os autos à PGM, para Análise e Parecer Jurídico da Minuta de Edital e seus anexos, (ID 0784582).

Por razões de economia processual, documentos não mencionados no item anterior serão devidamente referenciados ao longo do parecer.

É o relatório.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

1. DA FINALIDADE E DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece os I e II do §1º do art. 53, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I – apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II – redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direitos levados em consideração na análise jurídica;

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Outrossim, partiremos do pressuposto que a autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promoveu gestão por competências e designou agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Feitas tais ressalvas, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

2. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal – CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. É de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade.

Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU):

- I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;
- II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;
- III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, **partiremos da premissa que a área técnica observou todos os critérios de sustentabilidades pertinentes a presente contratação, com o devido detalhamento junto ao Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência.**

3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A Lei n.º 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida Lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

O artigo 18 da Lei n.º 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
 - II – a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
 - III – a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
 - IV – o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
 - V – a elaboração do edital de licitação;
 - VI – a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
 - VII – o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
 - VIII – a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
 - IX – a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
 - X – a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
 - XI – a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.
- (grifou-se)

Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

Alguns dos elementos serão abaixo examinados:

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I – descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II – demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III – requisitos da contratação;
- IV – estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI – estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII – descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII – justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX – demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI – contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas. (Grifou-se)

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve a Administração Municipal observar, no que couber, as regras constantes da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras.

No presente caso, **os servidores da área técnica elaboraram o Estudo Técnico Preliminar, conforme (ID 0097670)**. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.2. Descrição da Necessidade da Contratação

A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133, de 2022, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei n. 14.133, de 2022, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021)

Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

Sem prejuízo dessa constatação, observa-se que, no caso concreto, a **unidade demandante descreveu a necessidade administrativa no Estudo Técnico Preliminar.**

3.3. Levantamento de Mercado

Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

O artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.”

Já o art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

Em vista do exposto, registra-se que no caso concreto, a **unidade demandante realizou a busca por soluções de mercado, conforme Estudo Técnico Preliminar.**

3.4. Definição do Objeto

Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

De acordo com o art. 18, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos. Os critérios de sustentabilidade previstos em leis, decretos e outras normas infralegais deverão ser inseridos na especificação do objeto sempre que obrigatórios, encontrando-se orientações jurídicas sobre o tema no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU

No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

Por fim, deve a **Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras**, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

No caso dos autos e a despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente **a unidade demandante definiu o objeto de forma a contemplar os elementos acima, conforme Termo de Referência.**

3.5. Quantitativos Estimados

Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

Nesse sentido, o art. 40 da Lei nº 40.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras considere a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Deve-se ressaltar que não compete a esta unidade jurídica adentrar em questões técnicas, apenas apontar que o processo necessariamente contenha os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação e verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

No caso concreto, em relação a legitimidade do quantitativo da futura aquisição, **a unidade demandante anexou junto ao Termo de Referência o Quadro de Distribuição da demanda, conforme (ID 0097785).**

3.6. Parcelamento do objeto da contratação

Via de regra, as **aquisições** da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V – atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
- c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...) (grifou-se)

Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II – o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II – o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III – o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

No caso de **serviços**, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 47, II, §1º, Lei n.º 14.133/2021):

I – a responsabilidade técnica;

II – o custo para a Administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua:

Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento, desde que cada um dos objetos dos itens sejam considerados indivisíveis, o que deve ser esclarecido pelo órgão.

Por outro lado, a disposição de um objeto em tese indivisível em um mesmo item (como nos casos de aquisição com instalação, por exemplo), ou a agregação de itens em um grupo, pode vir a caracterizar a não observância do referido princípio, demandando, necessariamente, justificativa por parte do órgão ou entidade.

Ainda nesse tocante, a agregação de itens em grupo para julgamento da proposta pelo menor preço global do grupo pode vir a comprometer a seleção da proposta efetivamente mais vantajosa, caso seja possível a contratação de itens isolados e a não contratação de outros. Nesses casos, seria cabível aplicar em um pregão comum, por analogia, as regras dos §§1º e 2º do artigo 82, que disciplina o Sistema de Registro de Preços:

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

De qualquer forma, a decisão final envolve contornos técnicos e gerenciais específicos, a serem pormenorizados pelo órgão contratante, mediante justificativa baseada nos elementos legalmente definidos.

No caso concreto, **a unidade demandante apresentou a justificativa da viabilidade do parcelamento do objeto, conforme Estudo Técnico Preliminar.**

3.7. Plano de Contratação Anual

De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

É preciso compreender que o PCA constitui instrumento de governança descrito na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal. Por elucidativo, segue transcrição do art. 6º, que elenca os instrumentos de governança em contratações públicas:

Art. 6º São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:

I - Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;

II - Plano de Contratações Anual;

III - Política de gestão de estoques;

IV - Política de compras compartilhadas;

V - Gestão por competências;

VI - Política de interação com o mercado;

VII - Gestão de riscos e controle preventivo;

VIII - Diretrizes para a gestão dos contratos; e

IX - Definição de estrutura da área de contratações públicas.

Parágrafo único. Os instrumentos de governança de que trata este artigo devem estar alinhados entre si.

O Decreto n.º 10.197, de 2022, regulamentou no âmbito da Administração Pública Federal o Plano de Contratações Anual – PCA, assim como instituiu o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, tendo imposto aos órgãos e as entidades a obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, de planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §º, da Lei nº 14.133, de 2022.

Convém lembrar que, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.197, de 2022, incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

No caso concreto, a unidade demandante **informou que a demanda está contemplada no PCA/2026, conforme o Estudo Técnico Preliminar.**

3.8. Análise de Riscos

O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

No presente caso, **foi juntado aos autos o Mapa de Riscos (ID 0048787), o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021.**

3.9. Orçamento Estimativo e de Pesquisa de Preços

Em relação ao orçamento, é dever da Administração Pública elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, XXIII, alínea “i”, art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei n.º 14.133/2021).

No presente caso, o órgão demandante realizou a pesquisa prévia de preços e a estimativa do valor da contratação, **conforme Estudo Técnico Preliminar.**

Outrossim, a Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL, no exercício de suas atribuições legais, **procedeu a realização da pesquisa de preços definitiva e definiu o valor estimado da contratação, conforme Cotações de Preços (ID 0232711), (ID 0644563) e (ID 0732254) e Quadro Comparativo de Preço (ID 0237875), (ID 0644568) e (ID 0736865).**

Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar o valor de mercado do objeto contratual deixará de ser examinada por esse órgão jurídico, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade. Assim, neste quesito este órgão de assessoramento jurídico irá presumir que os parâmetros técnicos objetivos previstos no art. 23 da Lei tenham sido regularmente observados pelo órgão demandante, sob sua inteira responsabilidade.

3.10. Termo de Referência

O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2022:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII – termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
 - b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
 - c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
 - d) requisitos da contratação;
 - e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
 - f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
 - g) critérios de medição e de pagamento;
 - h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
 - i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
 - j) adequação orçamentária;
- (...)

No presente caso, o **Termo de Referência** foi juntado aos autos e, aparentemente, reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

Ressaltamos que o documento em comento trata-se de uma peça técnica, que não está abrangida dentro da esfera de competência deste órgão de assessoramento jurídico. Assim, reiteramos que a presente análise jurídica presumirá que o setor competente do órgão observou todos os parâmetros técnicos objetivos e legais, para a melhor consecução do interesse público.

3.11. Da natureza comum do objeto da licitação

Segundo dispõe a alínea “a” do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, compete à Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, conforme consta no inciso XLI do art. 6º da Lei em comento.

A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

No caso concreto, **a unidade demandante declarou expressamente junto ao Termo de Referência a natureza comum do objeto da licitação.**

3.12. Informação sobre o Regime de Fornecimento/Execução

Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento/execução de bens/serviços, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, conforme art. 18, VII, da Lei 14.133, de 2021.

No caso concreto, **o regime de fornecimento de bens escolhido pela unidade demandante foi integral, conforme Termo de Referência.**

3.13. Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento

O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

No caso concreto, **o tema foi tratado pela unidade demandante no Termo de Referência.**

3.14. Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa

Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei n.º 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- I) modalidade de licitação;
- II) critério de julgamento;
- III) modo de disputa; e
- IV) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

No caso concreto, **o tema foi tratado pela unidade demandante na fase de planejamento e encontram-se previstas na minuta de Edital (ID 0761843).**

3.15. Objetividade das exigências de qualificação técnica

Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

A exigência de qualificação técnica profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Já a comprovação da qualificação técnico-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

Importante destacar que nas contratações de serviços contínuos a Administração poderá exigir a apresentação de certidão ou atestado de capacidade técnica demonstrando a execução anterior de serviços similares ao objeto da licitação, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, conforme art. 67, §5º da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso concreto, **o tema foi tratado pela unidade demandante no Termo de Referência.**

3.16 Adequação orçamentária

Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei n.º 14.133, de 2021:

Lei n.º 8.429, de 1992

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, mal baratemento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

IX – ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

Lei n.º 14.133, de 2021

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. (grifou-se)

Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso concreto, **a unidade demandante demonstrou que a despesa decorrente da contratação está devidamente prevista nas Notas de Pré Empenho (ID 0582851) e (ID 0583030).**

4. MINUTA DE EDITAL

A **minuta de edital** foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, **conforme (ID 0761843).**

É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

I) justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto

II) justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;

III) justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e

IV) justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

A motivação, a justificativa, os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira, julgamento das propostas e participação ou não de consórcio, exigidos pelo art. 18, inciso IX, constam do processo.

4.1. Da restrição a participação de interessados no certame

O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.

Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

Especificamente em relação a consórcios, a Lei n.º 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de

licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

- I – comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - II – indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
 - III – admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
 - IV – impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
 - V – responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- § 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.
- § 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- § 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.
- § 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.
- § 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

- I – a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- II – a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- III – qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- IV – o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

No caso concreto, **observa-se que o edital não prevê restrição a participação de interessados.**

4.2. Da participação de ME, EPP e Cooperativas

Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

4.2.1. Licitação Exclusiva

O art. 6º do referido Decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00, a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

No mesmo sentido a Orientação Normativa AGU nº 47/2014:

Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007.

A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, esclarece a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

4.2.2. Cota reservada

Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso:

I) Em primeiro, a adoção da cota de 25% apenas será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva em licitações para contratação de serviços ou obras; e

II) Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

De acordo com o Decreto federal nº 8.538/2015, § 2º de seu artigo 8º, o edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada (até 25%), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado. O § 3º prevê, ainda, que se a mesma empresa vencer a cota reservada (25%) e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço. Obviamente, o cumprimento dessas regras regulamentares apenas é possível quando a cota principal e a cota reservada se relacionam ao mesmo objeto (ou item).

Convém mencionar que a Advocacia-Geral da União, recentemente, uniformizou a aplicação de cota destinada a microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, fixando o entendimento de que, na aplicação das cotas reservadas de até 25%, o montante destinado à contratação dessas empresas pode ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), já que o dispositivo legal não determina um valor máximo (inciso III do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/06), assim como o faz nas licitações destinadas exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte (inciso I). Tal entendimento consta do DESPACHO n. 00098/2021/DECOR/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, aprovado pelo DESPACHO n. 00115/2021/GAB/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, e aprovado pelo Advogado-Geral da União pelo DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO Nº 071, de 17 de março de 2021 (seq. 24 a 27 do NUP 25000.193248/2018-73).

4.2.3. Do afastamento da licitação exclusiva e cota reservada

A adoção de certame exclusivo para ME/EPP (e equiparados) ou mesmo as cotas de 25% podem ser afastadas. A própria LC 123/2006 estipulou situações que justificam a não adoção, nesses certames, de competitividade restrita.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

No mesmo sentido, o art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, estabelece que os tratamentos diferenciados devem ser afastados

quando incidente alguma das situações previstas em seu art. 10, o que requer a devida justificativa. Dispõe referido artigo:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I – não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública OU representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV – o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I – resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II – a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

(grifou-se)

4.2.4. Tratamento diferenciado a ME e EPP de natureza facultativa

Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

I) de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;

II) de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

4.2.5. Previsões da Lei n. 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP

Inicialmente, convém registrar que a Lei nº 14.133, de 2021, inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e Cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto nº 8.538, de 2015, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão aplicados em relação a licitações que envolvam:

I) item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e

II) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Adicionalmente, devem ser observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, acima transcritos, que tratam dos critérios para aferição dos limites de valor estabelecidos no § 1º.

No caso concreto, **a minuta de edital revela que a Administração realizará licitação destinada a Ampla Concorrência e itens exclusivos para participação de ME EPP, com tratamento nos moldes da lei.**

4.3. Margens de preferência

De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá estabelecer margens de preferência, conforme premissas indicadas em seu art. 26:

Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;

II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;

III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento).

Convém observar que o art. 27 estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial, a cada exercício financeiro, da relação de empresas favorecidas em decorrência da aplicação de margens de preferência, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.

No caso concreto, **a minuta de edital revela que a Administração realizará licitação sem margem de preferência.**

4.4. Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

No caso concreto, **a minuta de edital e anexos revela que a Administração não estabeleceu índice de reajustamento de preço. Todavia, considerando a natureza do objeto e o regime de fornecimento integral não vemos prejuízo para o objeto ora licitado.**

4.5. Minuta do Termo de Contrato

A minuta de **termo de contrato** foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, em observância ao artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento) Vigência

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

O Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da

economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Decreto n.º 11.246, de 2022

Princípio da segregação das funções

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

(grifou-se)

Por fim, convém observar que o artigo 29 do referido Decreto faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos:

Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.

Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto n.º 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

No caso concreto, **consta nos autos a designação do agente de contratação e da equipe de apoio, conforme Despacho (ID 0744488).**

6. PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DO CONTRATO

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas** e a publicação de extrato do edital no **Diário Oficial do Município** e no **jornal diário de grande circulação**, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, **após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos**, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

III. CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que **atendidas as recomendações formuladas ao longo deste parecer.**

Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta Procuradoria.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

P
o
r
t
o
V
e
l
h
o
/
R
O
/
2
3
d
e
a
b
r
i
l
d
e
2
0
2
6
.

SALATIEL LEMOS VALVERDE

Procurador Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **Salatiel Lemos Valverde, Procurador(a)**, em 27/04/2026, às 10:43, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0822587** e o código CRC **9DF488C7**.